

As grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha): reinterpretações de um sítio

Patrícia Jordão* e Pedro Mendes**

I. Localização

À memória de Eduardo da Cunha Serrão e Deolinda Ribeiro,
que nos proporcionaram as primeiras experiências no mundo da arqueologia.

Resumo

As grutas artificiais de Ribeira de Crastos foram descobertas e escavadas nos anos cinquenta por Manuel Heleno. Os materiais foram parcialmente publicados nos anos setenta por Veiga Ferreira. Consideradas como um sítio problemático - desconhecia-se a sua funcionalidade, o tipo arquitectónico dos monumentos e a totalidade do espólio - sentimos a necessidade de dar a conhecer estes hipogeus singulares, reinterpretando os dados conhecidos e acrescentando outros novos, possibilitados pela nossa escavação e levantamento topográfico efectuados em 2000.

Palavras-chave: Calcolítico. Grutas Artificiais. Campaniforme.

Abstract

The artificial caves at Ribeira de Crastos were found and excavated in the fifties by Manuel Heleno. A few papers were published in the nineteen seventies by Veiga Ferreira. Since this was always considered a problematic site - its function, architectural type and goods were, at least, partially unknown - we felt the need to study thoroughly these rock cut chambers, trying to reinterpret known as well as new data, revealed by our excavation and topographic survey of 2000.

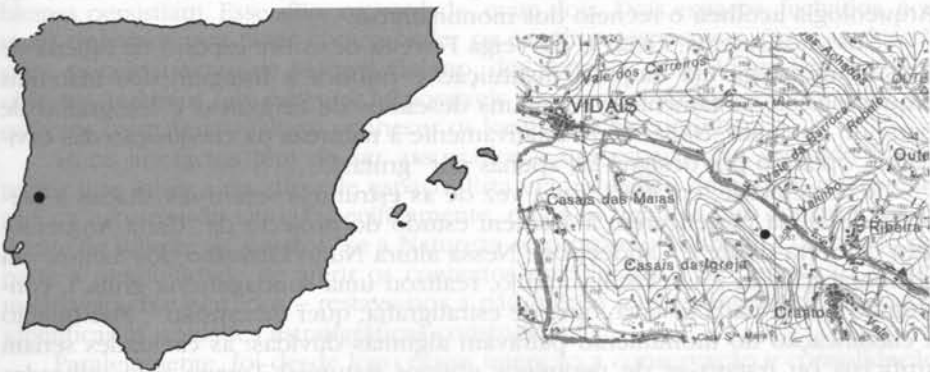
Key-words: Chalcolithic. Artificial caves. Bell-beaker.

* Arqueóloga. pjordao@aeiou.pt

** Arqueólogo. pmendes@aeiou.pt

1. Localização

As grutas de Ribeira de Crastos situam-se na localidade com o mesmo nome, na vertente Sul do vale da ribeira de Crastos, freguesia de Vidais, concelho das Caldas da Rainha, distrito de Leiria. Têm as seguintes coordenadas geográficas: 0° 05' 40" (W), 39° 21' 54" (N), referenciados ao meridiano de Greenwich, e estão a 30m de altitude.



2. Integração geográfica e geológica

As cavidades enquadram-se geomorfologicamente na zona do sinclinal de A-dos-Francos, entre o vale tifónico das Caldas da Rainha e a serra dos Candeeiros. Do ponto de vista geológico, pertencem ao complexo de grés superiores do Jurássico (Zbyszewski; Almeida 1960, p. 20) que, a par desta rocha, é constituído por conglomerados avermelhados ou amarelados de cimento argiloso.

O relevo é formado por um encadeamento de pequenos vales e cabeços de encostas suavizadas pela erosão que, nos últimos séculos, foi intensificado pelo abate de coberto vegetal. A estação encontra-se num pequeno vale orientado no sentido Este-Oeste, no qual corre a ribeira de Crastos, afluente do rio Salir. Hoje, quem passa na estrada que liga Caldas da Rainha a Rio Maior, pode observar, dois quilómetros depois de passar Vidais (sentido Caldas-Rio Maior) e do lado direito da via, duas cavidades na base de um cabeço coberto por eucaliptos, em frente de um pomar.

3. História das intervenções

Do vasto conjunto de sítios cujo espólio se encontra depositado em museus, faz parte o das duas grutas de Ribeira de Crastos.

Dadas a conhecer por um colaborador de Manuel Heleno, provavelmente na década de quarenta, só em 1952 o então director do MNAE se desloca ao local para poder apreciar a descoberta. Inicia uma campanha de escavações primeiro na gruta II e depois na gruta I. Nas suas notas está inventariado o espólio recolhido, a descrição sumária da estratigrafia, as dimensões das cavidades e a seguinte apreciação: a gruta II “parece ter sido feita numa lapa natural e afeiçoada pelo homem.” (Cadernos de Manuel Heleno, nº8, 1952), a gruta I “[...] tem a forma de uma calote e o trabalho humano é visível.” (Escavações em Rio Maior, Agosto de 1953). Foi então que a comunidade científica tomou conhecimento, por ouvir falar, de mais umas “grutas artificiais”, e o Museu Nacional de Arqueologia acolheu o recheio dos monumentos.

Nos anos setenta, Octávio da Veiga Ferreira descobre espólio de Ribeira de Crastos numa gaveta daquela instituição e publica a listagem dos materiais arqueológicos, juntamente com alguns desenhos de cerâmicas e fotografias de parte do conjunto. Nada refere relativamente à natureza da construção das cavidades, optando por designá-las apenas por “grutas”.

Recentemente, em 1991, foi a vez de as estruturas serem revisitadas a pretexto de ainda pertencerem à área em estudo do projecto da “Carta Arqueológica da Serra d’Aire e Candeeiros”. Nessa altura Nuno Carvalho dos Santos, em colaboração com Ana Cristina Araújo, realizou uma sondagem na gruta I, concluindo que já nada restava, quer de estratigrafia, quer de espólio¹. Mas quanto à classificação do monumento pairavam algumas dúvidas: as cavidades seriam artificiais ou tratava-se de pequenos abrigos naturais? Teriam sido utilizadas como necrópole ou como local de habitação? Com a certeza de que, a ser qualquer coisa, estava já bastante destruída e, perante uma matéria-prima que se admitia ser pouco dada a acolher hipogeus, estes últimos investigadores abandonaram o estudo dos monumentos.

Até esta parte, as grutas de Ribeira de Crastos têm sido citadas na bibliografia arqueológica ora como grutas artificiais (Machado, 1964, p.73; Senna-Martinez, 1990, p.14) ora como grutas naturais (Silva, 1993:32), não deixando este último autor de considerar o caso como não encerrado. Mas sem dúvida que,

¹ Informação oral da arqueóloga Ana Cristina Araújo, que agradecemos.

embora esquecidas, as grutas obtiveram o seu lugar na contabilidade das estruturas funerárias do Calcolítico.

Em 2000, no âmbito do “Projecto para o Estudo da Pré-História Recente do Vale Tifónico das Caldas da Rainha”, tentamos perceber finalmente qual a real natureza das estruturas, sua morfologia e funcionalidade e, no fim de contas, como poderia este sítio participar na Pré-história recente da Estremadura.

Em primeiro lugar, empreendemos o estudo do espólio que restava no Museu Nacional de Arqueologia. Depois, efectuámos uma sondagem no local, e também limpeza em algumas zonas onde a rocha de base aflorava e – desde logo fundamental para a apreensão de qualquer significado – o levantamento topográfico das cavidades.

São alguns dos resultados deste estudo que apresentamos nas páginas seguintes.

4. A escavação: campanha 1 de 2000

4.1. Objectivos

Se os vestígios materiais do passado, em primeiro lugar, só podem ser dotados de uma coerência histórica quando compreendidos em articulação com o seu local de deposição (Hooder, 1995, p. 165), eis que se tornava fundamental procurar o sítio de onde provinham os artefactos. Com esta questão resolvida – certamente o espólio foi recolhido nas grutas de Ribeira de Crastos – outros problemas persistiam. Esse sítio, na verdade, eram dois. Dois espaços, fechados, aos quais tínhamos que fazer corresponder os espólios respectivos. Com as descrições, principalmente de Manuel Heleno, dos espaços, e de Veiga Ferreira, dos objectos, teríamos que procurar as possíveis associações. Conhecendo morfologicamente os materiais faltava conhecer os locais que os continham.

Se os artefactos têm de ser associados a um espaço, em segundo lugar, temos que saber a que tipo de espaço. Esta era a questão de base: a interpretação da natureza do sítio. Especificamente, quais os agentes que construíram as grutas de Ribeira de Crastos, se a Natureza se o próprio Homem. Colocando de parte a possibilidade de aferir os contextos estratigráficos de deposição – irremediavelmente perdidos – restava-nos a não menos interessante tarefa de tentar identificar as unidades estratigráficas construídas².

Paralelamente, foi desde logo nossa intenção a conservação e consolidação dos monumentos, possibilitando uma futura musealização. Este trabalho foi projectado e executado pela Dr^a. Margarida Monteiro e por Manuel Lemos.

4.2. Metodologia

A área interior e as entradas das cavidades foram cobertas por uma quadrícula orientada a Norte, com uma malha de dois em dois metros. As coordena-

² Agradecemos a colaboração do Dr. Adriano Germano, geólogo, na identificação da U.E.s de origem natural.

nadas são as seguintes: no eixo Norte-Sul, de P266.526.01 a P266.539.67; no eixo Este-Oeste, de M122.028.70 a M122.021.02 (GAUSS) (Carta Militar de Portugal 1: 25 000, folha 339). A escavação desenvolveu-se em área segundo o método de Barker-Harris. Os objectos exumados foram coordenados tridimensionalmente e referenciados à sua unidade estratigráfica (U.E.).

4.3. Descrição dos monumentos

Trata-se de duas cavidades escavadas na rocha. A gruta I é constituída por uma câmara e um corredor. A câmara, tendencialmente ovalada tem depois de escavada uma altura máxima 2m e de largura 4,25m. Possui um corredor, com orientação Este/Oeste, com largura e altura médias, respectivamente de, 30cm e 1,20m, que se desenvolve a Sul da câmara. Ou seja, ao contrário do que é habitual, a câmara não está na continuidade do corredor, encontra-se numa situação lateral. A gruta II, contígua mas sem qualquer ligação com a primeira, para Norte, é composta por uma câmara mais pequena, com altura máxima de 1,80m e largura máxima 4m, depois de escavada. É de construção mais irregular e não tem corredor. O chão já é escavado em marga, camada rochosa subjacente à de arenito. A cavidade desenvolve-se para Oeste através de uma pequena diaclase, cuja boca tem 60cm de altura e 35cm de largura.

Gruta I

Unidades estratigráficas de origem natural³:

- U.E.15 – Nódulos arenosos provenientes do abatimento parcial do tecto da gruta I.
- U.E.17 – Vala criada pela erosão da água, na base da U.E.1. (Século XX)
- U.E.21 – Três depressões escavadas no chão da gruta I, resultado da erosão recente. (Século XX)
- U.E.23 – Derrube da parede rochosa entre as duas grutas, equivalente à U.E.12.
- U.E.27 – Preenchimento da U.E.17 que corresponde à desagregação da rocha de base do chão da gruta I. (Século XX)

Corredor

Unidades estratigráficas de origem natural:

- U.E.3 – Corredor natural (diaclase) que foi cortado pela U.E.1 (fig. 23).
- U.E.5 – Unidade equivalente à U.E.3 que não foi afectada pela U.E.1.

Unidades estratigráficas de origem antrópica:

- U.E.1 – Corresponde à câmara da gruta I.
- U.E.13 – Interface entre a U.E.1 e a U.E.14. (Século XX)
- U.E.14 – Unidade de sedimento que assenta sobre a U.E.1 e a U.E.13. (Século XX)

³ Dado que, grande parte das U.E.s identificadas são de origem contemporânea (século XX) e não nos fornecem qualquer informação acerca das fases de ocupação pré-histórica, optámos por não apresentar a descrição pormenorizada de todas elas.

U.E.18 – Rocha de base fragmentada à entrada da gruta I, sob as U.E.s 11 e 19. (Século XX)

U.E.19 – Unidade de sedimento, constituído por rocha em desagregação, que assenta sobre a rocha de base (U.E.20). (Século XX)

A câmara da gruta I (U.E.1) é de natureza antrópica, tendo sido escavada na rocha. Esta acção implicou a destruição parcial de uma diaclase, intencionalmente procurada para servir de corredor da cavidade sepulcral. Temos, assim, um corredor natural (U.E.5) a partir do qual foi aberta uma câmara. A única abertura desta era assim para o corredor. Actualmente, o acesso privilegiado à câmara já não é o mesmo: parte da parede da vertente abateu, observando-se as áreas de fractura acima e ao lado da gruta I (fig.1 e 21). Como resultado, a câmara ficou exposta, assemelhando-se a um pequeno abrigo.

É esta morfologia actual que levou alguns autores (Silva, 1993; Base de Dados Endovélico, IPA), incluindo inicialmente nós próprios, a uma interpretação menos precisa da estrutura.

O seu primeiro escavador, Manuel Heleno, considerava que a entrada da gruta era a actual. No entanto, sugere que a “[...] pequena boca ao lado talvez servisse de entrada [...]” (Cadernos de Manuel Heleno, nº 8, 1952). Facto estranho, pois para quê se utilizaria uma entrada tão pequena se existisse, à partida, uma outra de acesso tão óbvio? Conduzimos então ao local o Sr. João “Moleiro”, colaborador de Heleno e responsável pelos trabalhos de campo. Fomos assim informados de que só existia uma gruta, e essa gruta era a II. Soubemos também que nunca escavara na gruta I nem sabia, na altura, da sua existência. Confrontando as informações orais com as notas de Manuel Heleno, era notório que algo se sabia que não foi escrito. Felizmente, obtivemos a confirmação das nossas suspeitas: a identificação, na entrada actual da gruta, de uma zona de rocha “esmigalhada” e fracturada (U.E.18), resultado de uma acção rápida e violenta. A estrutura com uma aparência próxima da pré-histórica chegara, afinal, a meados do século XX.

Gruta II

Unidades estratigráficas de origem natural:

U.E.2 – Corresponde à estrutura natural da gruta II.

U.E.7 – Preenchimento da U.E.6. (Século XX)

U.E.12 – Derrube da entrada da gruta II, resultante da erosão da fachada.

U.E.20 – Rocha de base em desagregação, à entrada da gruta II.

U.E.22 – Pequena cavidade que constitui um desenvolvimento para Oeste da gruta II.

U.E.24 – Cavidade na parede Norte da gruta II, equivalente às U.E.s 22, 2 e 25.

U.E.25 – Cavidade na parede Oeste da gruta II, equivalente às U.E.s 22, 2 e 24.

Unidades estratigráficas de origem antrópica:

U.E.4 – Unidade de sedimento, que cobre a U.E.8, na gruta II. (Século XX)

U.E.6 – Estrutura negativa escavada na U.E.2 (fig. 24).

U.E.8 – Sedimento que cobre a base da U.E.2. (Século XX)

U.E.9 – Unidade equivalente à U.E.4. (Século XX)

U.E.10 – Rocha de base fragmentada pela máquina que alargou o caminho, à entrada da gruta II.

U.E.11 – Unidade de sedimento coberta pela U.E.9. (Século XX)

U.E.26 – Pequena cavidade escavada na parede Norte da gruta II.

U.E.28 – Parede Sul afeiçãoada da gruta II.

U.E.29 – Estrutura negativa na parede Norte escavada na U.E.2.

A gruta II é o resultado de uma comunhão entre formas naturais e formas afeiçãoadas pelo Homem. Tal como o corredor da gruta I é uma diaclase (U.E.2) que posteriormente foi alargada e afeiçãoada de acordo com os objectivos dos construtores. A sua entrada é virada a NE. Possui alguns nichos naturais (U.E.s 24 e 25) à direita da entrada, e desenvolve-se para Oeste estreitando abruptamente em relação ao resto da câmara (U.E.22). Prolonga-se pelo menos por mais 5 m mas as suas dimensões reduzidas não permitem a progressão.

A parede Sul é artificial (U.E.28), formando um declive suave até ao chão. Trata-se portanto de uma gruta natural mas, ao mesmo tempo, artificial.

Nesta cavidade há ainda três unidades de origem antrópica: um pequeno nicho (U.E.26) na parede Norte, com 35cm de altura por 25cm de largura; uma cavidade escavada no rodapé Norte (U.E.29), identificada por Manuel Heleno como uma “pia”. Encontrámo-la algo destruída, pois a rocha que lhe dá corpo é uma marga em desagregação.

Por último, uma curiosa estrutura negativa, bem conservada, descrita pelo citado escavador também como outra “pia”. De facto, no canto Oeste da parede Sul foi deixado um volume de rocha de forma aproximadamente cúbica onde, no topo, foi feita uma depressão hemisférica. Tem 15cm de profundidade por 50cm de diâmetro. Nesta concavidade estava depositado um “[...] vaso, uma faca que se partiu em três fragmentos e uma ponta de seta.” (Cadernos de Manuel Heleno, 1952, nº 8). Segundo o Sr. João “Moleiro”, as terras cobriam os artefactos e a estrutura, contento exclusivamente artefactos pré-históricos (informação oral). À primeira vista, pelo seu recorte e perfeição aparenta ter sido feita em tempos históricos. Um pouco à semelhança de algumas estruturas no interior de grutas artificiais medievais em território espanhol (Aranzadi, et al., 1923). Contudo, nenhuma é idêntica a esta que, pela sua pequena dimensão, não faria sentido servir de sepultura, cisterna ou silo. Após investigarmos as circunstâncias da escavação de Heleno, através do seu caderno de campo e do testemunho vivo de João “Moleiro” tornou-se evidente que, apesar de bizarra e única, esta era pré-histórica. Perante esta descrição, parece provável tratar-se de um receptáculo de uma oferenda votiva. É difícil atribuir-lhe outra funcionalidade que não seja relacionada com práticas mágico-religiosas.

5. O espólio

Até, sensivelmente, meados do século XX um grande conjunto de sítios arqueológicos foi intervencionado com o objectivo prioritário de recolher o seu espólio, a maior parte das vezes “arrancado à terra sabe Deus como” (Ferreira et al. 1977, p.7). Principalmente as necrópoles, assumindo o papel de última morada de pessoas e bens, cedo constituíram alvo de cobiça pela inevitável

probabilidade de conterem objectos bem conservados, que assim foram enriquecendo e embelezando museus e colecções pessoais.

Também o material exumado das grutas de Ribeira de Crastos foi depositado no Museu Nacional de Arqueologia, desta feita por Manuel Heleno. No final dos anos setenta, Veiga Ferreira publica estes artefactos, no entanto, estes já não correspondem em termos numéricos ao volume inicial. O que chegou até nós, e que se encontra actualmente nesta instituição, também não representa a totalidade do espólio nem corrobora a parte publicada. Propusemo-nos então confrontar as listas de inventário destes autores juntamente com a que nos foi possível elaborar. A relação entre as listagens não foi pacífica.

Assumiu-se que a listagem mais próxima da original seria a do próprio escavador. Com as devidas rectificações de linguagem, tentámos fazer corresponder os objectos descritos na listagem aos objectos que pudemos observar. Supostamente, atingiríamos um quadro em que a quantidade de materiais ou manter-se-ia ou iria gradualmente diminuindo ao longo dos tempos. Em parte, esta expectativa confirmou-se; mas registámos o aparecimento quer de “novos” artefactos, que inadvertidamente não constam na listagem mais antiga, quer de ausências de outros, desconhecidos de Veiga Ferreira e mais tarde observáveis por nós próprios. Desconhecendo todas as peripécias que o conjunto sofreu, resta-nos analisar o que existe não descurando, por um lado, a máxima de que a ausência de provas não significa necessariamente a prova de ausências e, por outro lado, a coerência das associações presentes nos espólios destes contextos sepulcrais.

5.1. A pedra lascada

5.1.1 Introdução

O espólio lítico que chegou até nós não representa o todo encontrado. Se partirmos do pressuposto de que Manuel Heleno fez a listagem da totalidade dos materiais, temos que considerar que Veiga Ferreira se equivocou atribuindo objectos a este sítio que, na verdade, não foram aqui recolhidos⁴. Se considerarmos que o espólio descrito por este último autor proveio de Ribeira de Crastos, então Heleno omitiu a referência a alguns líticos – duas lamelas, um micrólito, cinco cristais de quartzo e uma raspadeira –, hipótese bastante plausível, pois várias vezes este autor não descreve todo o material que encontra. De qualquer modo, sabemos que a publicação de 1977 não menciona os materiais líticos aos quais tivemos acesso, nomeadamente as duas pontas de lança. Perante estes factos, admitimos considerar como parte do espólio os objectos que existem e que são descritos pelo primeiro escavador acrescentando aqueles que Veiga Ferreira observou e que provavelmente escaparam à anterior descrição.

Assim, temos um conjunto lítico observável constituído por 24 lâminas, 1 lasca e 2 grandes pontas bifaciais (pontas de lança), incluindo o único elemento encontrado na escavação de 2000 – um fragmento de lâmina de sílex pertencente à U.E.19. Acrescentando, cerca de trinta pontas de seta, dois

⁴ A associação errada de materiais a uma estação por parte deste mesmo autor já aconteceu, por exemplo, quando elaborou a listagem do espólio das grutas da Quinta das Lapas, facto evidenciado por J. Ludgero Gonçalves (Gonçalves, 1992).

núcleos, duas lamelas, um micrólitro trapezoidal, uma raspadeira, um machado de pedra polida e cinco cristais de quartzo aos quais não tivemos acesso.

QUADRO 1

Lista de Manuel Heleno nos cadernos de 1952 e 1953	Lista de Veiga Ferreira na publicação de 1977	Registo actual em 2000
"27 pontas de seta de base convexa, triangular ou redonda às vezes com barbelas laterais"	"19 pontas de seta pedunculadas com aletas" "1 ponta de seta <i>ateriense</i> " "2 pontas de seta de base convexa" "4 pontas de seta de base triangular" "4 pontas de seta de base côncava"	Inexistentes
"2 pontas de seta com espigão pequeno"	"2 pontas de seta pedunculadas"	Inexistentes
"1 sílice"	Não refere	Inexistentes
"1 lasca retocada"	"1 lasca"	1 lasca (2001.1.22)
"2 facas inteiras retocadas"	"4 lâminas com retoques"	23 lâminas (2001.1.1, 2001.1.2, 2001.1.3, 2001.1.4, 2001.1.5, 2001.1.6, 2001.1.7, 2001.1.8, 2001.1.9, 2001.1.10, 2001.1.11, 2001.1.12, 2001.1.13, 2001.1.14, 2001.1.15, 2001.1.16, 2001.1.17, 2001.1.18, 19, 2001.1.20, 2001.1.21, 2001.1.23, 2001.1.26)
"6 facas fragmentadas"	"2 lâminas retocadas" "14 fragmentos de lâminas sem retoques" "1 lâmina denticulada"	

QUADRO 2

Lista de Manuel Heleno nos cadernos de 1952 e 1953	Lista de Veiga Ferreira na publicação de 1977	Registo actual em 2000
"1 ponta de seta de base convexa"	"7 fragmentos de pontas de seta de vários tipos"	Inexistente
"6 pontas de seta de base côncava"	"1 ponta de seta de base côncava em jaspe"	
"2 lanças"	Não refere	2 GPB (grandes pontas bifaciais) (2001.1.24, 2001.1.25)
"6 facas (uma delas raspadeira)"	Não refere	Inexistente
"Peça retocada (raspadeira)"	"1 raspadeira"	Inexistente
"Núcleo com [...?]"	"1 pequeno núcleo"	Inexistente
"Núcleos de cristal"	"1 núcleo de quartzo ligeiramente fumado"	Inexistente
"Machado polido de secção sub-quadrangular"	"1 machado polido"	Inexistente
Não refere	"1 raspadeira"	Inexistente
Não refere	"1 micrólitro trapezoidal"	Inexistente
Não refere	"1 lamela de quartzo hialino"	Inexistente
Não refere	"1 lamela de quartzo leitoso"	Inexistente
Não refere	"5 fragmentos de cristais"	Inexistente
		1 lâmina fragmentada (n.º 4) recolhida na campanha de 2000

5.1.2 As lâminas

Todas as lâminas são em sílex ou, mais correctamente, em rocha siliciosa, dado que esta classificação carece de comprovação através de uma análise petrográfica. Encontram-se, na sua maior parte, fracturadas observando-se 3 exemplares inteiros, 12 distais, 6 proximais e 3 mesiais. O tipo de fractura é geralmente accidental ou irreconhecível, facto provavelmente dependente de factores pós-deposicionais e decorrente da própria natureza da recolha dos objectos.

O conjunto não é homogéneo numa perspectiva morfológica. Estão presentes bordos convergentes, divergentes, paralelos ou irregulares, com valores equivalentes. As secções transversais oscilam entre trapezoidais (valor dominante), triangulares e triangulares/trapezoidais, à excepção de uma única que é irregular.

Relacionando os tipos de secção transversal com a frequência de córtex, verificamos que há uma associação, mas não exclusiva, de peças caracterizadas por nervuras regulares bem destacadas e rectilíneas, de secção trapezoidal, com ausência de córtex. Ou seja, a extracção destas lâminas ocorreu predominantemente numa fase plena de debitage (18 casos) e as restantes (6 casos) numa fase menos avançada do processo.

QUADRO 3

Tipos de bordos

Forma	Ocorrências
Bordos convergentes	5
Bordos divergentes	4
Bordos paralelos	6
Irregular	5
Total	20

QUADRO 3

Relação entre a quantidade de córtex e as secções transversais

Córtex	ST	Ocorrências
Até 25% /	Trapezoidal	4
	Triangular	1
25-50% /	Trapezoidal	1
Sem córtex /	Sinuosa	1
	Trapezoidal	11
	Triangular	4
	Triangular/	2
	Trapezoidal	

As secções longitudinais, numa amostra de 20 exemplares, revelaram-se maioritariamente rectas (12), tendo 3 destas a extremidade distal arqueada, mas também côncavo-convexas (7), e plano-convexa (1).

Quanto às dimensões, em apenas 3 peças pudémos medir o comprimento total. Assim, o comprimento oscila entre 78 mm e 100 mm. A largura máxima e a espessura têm valores médios arredondados, respectivamente, de 20 mm e de 6 mm. De salientar que os valores máximo e mínimo, quer da largura, quer da espessura, são distantes, o que vai novamente de encontro à afirmação da fraca homogeneidade do conjunto.

O talhe foi feito provavelmente por pressão ou percussão indirecta, nomeadamente em algumas lâminas (7) onde se evidenciam ondulações na face inferior, característica frequentemente atribuída a esta última técnica (Pelegrin, 1984; Carvalho, 1996b).

O talão foi possível observar em 9 peças: facetado em 4 casos, liso em 3 casos e, nos outros, com uma ocorrência, talão diedro ou esmagado. Numa das lâminas o talão está ausente, destruído pelo retoque.

As lâminas são quase todas retocadas (22), sendo o retoque predominantemente marginal (19), repartido de maneira descontínua (11). Três lâminas apresentam retoque invasor que numa delas, lâmina de crista, é de morfologia escalariforme.

QUADRO 5

Relação entre a extensão e a repartição do retoque

Extensão	Repartição	Ocorrências	Total Extensão
Invasor /	Total	3	3
Marginal /	Descontínuo	11	19
	Parcial	3	
	Total	5	

Em termos de funcionalidade, há a registar algumas lâminas com marcas de utilização observáveis macroscopicamente. Duas delas possuem o característico “brilho de cereal” num dos bordos (fig. 6 - 2001.1.12 e 2001.1.8). Esta última está afeioada numa das extremidades formando uma pequena ponta. Outras três possuem um desgaste nos bordos mas, sem recurso a uma análise traceológica, não é possível identificar os agentes nem os movimentos que o produziu.

Podemos dizer que o conjunto de lâminas de Ribeira de Crastos é característico dos enterramentos em necrópoles deste tipo. Faz parte de uma utensilagem de fundo comum neo-calcolítico. Uma atribuição cronológica mais precisa é impossibilitada pela ausência de materiais associados que estejam datados crono-estratigraficamente noutras estações com os quais estes se possam tipologicamente comparar.

5.1.3 As grandes pontas bifaciais

Provêm das grutas de Ribeira de Crastos dois punhais ou pontas de lança. Preferimos chamar-lhes grandes pontas bifaciais (GPB) para lhes retirar qualquer conotação funcional dado que, sem recorrer a uma análise de marcas de uso, não é possível identificar a sua real utilização (Forenbaher, 1999).

São ambas talhadas em rocha siliciosa. De tipo alongado, diferem na morfologia principalmente na base. Uma das GPB é de base triangular (2001.1.25) e a outra possui os cantos entalhados (2001.1.24). Na primeira, a secção longitudinal é sinuosa e a secção transversal é plano-sinuosa, na segunda, ela é recta e bi-convexa. As dimensões são as seguintes: a peça número 2001.1.24 tem de comprimento máximo 93 mm, de comprimento até à linha de base 79 mm, largura máxima 33 mm, largura na linha de base 32 mm e 7 mm de espessura; a peça número 2001.1.25 tem de comprimento máximo 86 mm, de comprimento até à linha de base 74 mm, largura máxima 28 mm e espessura 6 mm.

O suporte da ponta de base triangular é uma lasca laminar, sobre a qual foi efectuado um retoque invasor de morfologia escamosa, formando uma extremidade distal apontada, bordos regulares e adelgçando a zona do bolbo e talão criando a base em triângulo invertido.

Na GPB de cantos entalhados são evidentes pelo menos duas grandes fases da preparação final do objecto: uma primeira fase de desbastamento com a remoção de grandes lascas, e uma segunda fase de afeiçoamento mais fino criando, através de um retoque sub-paralelo, o recorte regular dos bordos, o adelgçamento mais subtil da peça e o entalhamento da base, com recurso a uma inclinação semi-abrupta. No final, obteve-se uma ponta de retoque cobridor de morfologia escamosa, em peladas, característica da tecnologia calcolítica (Zilhão, 1994; Forenbaher, 1999).

As GPB estão presentes em conjuntos campaniformes, como o das grutas de Ribeira de Crastos, mas ocorrem em contextos desde o Neolítico final ao Bronze.

5.1.4 A lasca

Do espólio lítico a que tivemos acesso, registe-se ainda uma lasca de sílex, alongada, de retoque marginal.

5.1.5 O conjunto do espólio de pedra lascada

A concluir, não podemos deixar de tecer algumas considerações acerca dos materiais que presumimos pertencerem a este conjunto lítico mas que não pudemos observar.

As pontas de seta apresentam-se como uma parte significativa deste conjunto. Mais importante do que a certeza do número de exemplares (cerca de trinta) é a constatação de uma grande variedade morfológica: bases côncavas, convexas, triangulares e convexas com aletas laterais. Estes tipos são frequentes em contextos do 4.^o - 3.^o milénio quer em necrópoles quer em habitats. Apesar de as pontas de seta de base convexa ocorrerem com maior frequência no Neolítico final, partilhámos a ideia de vários autores que insistem na necessidade de não estabelecer uma periodização com base nas diferenças morfológicas, dado que estes artefactos estão presentes também em fases plenamente calcolíticas, coexistindo com as pontas de base côncava que, por sua vez, são utilizadas, por exemplo, em todas as fases do Zambujal ou de Vila Nova de S. Pedro (Uerpmann, 1995:39; Savory, 1970: 140).

O restante espólio lítico também não deixa de ser característico destes contextos sem, no entanto, fornecer qualquer afinação cronológica. De facto, fazem parte da utensilagem comum neo-calcolítica as lamelas, os núcleos (provavelmente para lamelas), o micrólito geométrico trapezoidal (de características eventualmente arcaizantes mas, integrado neste conjunto, torna-se perfeitamente comum), a raspadeira (sobre lâmina?), o machado de pedra polida e os cristais de quartzo que, não sendo utensílios, aparecem associados a espólio votivo.

O enquadramento destes materiais – falamos agora de toda a pedra lascada – no pacote da utensilagem comum do 4.^o - 3.^o milénio a. C. não torna alguns deles menos singulares quando depositados numa necrópole. As GPB e as

lâminas com “lustre de cereal” evidenciam a personalização dos enterramentos. A colocação de uma lâmina e de uma ponta de seta juntamente com um “vaso” cerâmico na estrutura negativa da gruta II, faz-nos vislumbrar uma qualquer actividade ritual materializada na exposição destes objectos.

Estas ténues interpretações são possíveis mas falta-nos evidentemente a junção das partes com o todo. Possuímos uma parte – os objectos – mas não conhecemos as relações espaciais e a sequência cronológica da sua deposição.

5.2. A cerâmica

5.2.1 Breves considerações

Como já foi dito, através do cruzamento de informação das listagens de materiais fornecidas pelos autores, do Museu Nacional de Arqueologia e do próprio questionário a João “Moleiro”, conseguimos identificar os artefactos ausentes e presentes em relação ao que teria sido o conjunto inicial. Mais importante é termos estabelecido uma correspondência coerente entre as listas confrontadas salvaguardando eventuais erros do que possa pertencer ou não a esta colecção.

Há três questões que gostaríamos de salientar. A primeira é o facto de os dois investigadores citarem a existência de “fragmentos de diversos vasos” (Ferreira, 1977) ou “bordos de cacos de vasos lisos” (Cadernos de Manuel Heleno, 1952) escusando-se a estudá-los. Estes fragmentos estavam guardados no MNA tal como tinham vindo do campo. Depois de lavados, procedemos à sua marcação com a designação de “2001.1.(...)”. Encontrámos dois fragmentos campaniformes que faziam conjunto com recipientes já conhecidos e outros dez lisos⁵ que enriqueceram o nosso conhecimento da colecção.

O segundo aspecto a referir é que Veiga Ferreira, por distração (?), apresenta os desenhos de várias peças que não fazem parte da sua listagem.

Por último, há doze fragmentos de taças, três fragmentos de vaso com decoração, uma taça “ligeiramente carenada”, “uma taça hemisférica” e um vaso campaniforme com decoração impressa que “desapareceram” após o estudo de 1977. Por sorte, estes quatro últimos exemplares estavam desenhados na referida publicação e pudemos ficar com uma ideia genérica da sua morfologia (fig. 16).

⁵ Este cálculo refere-se ao número mínimo de peças e não ao número de fragmentos. Exclui-se também deste grupo quatro conjuntos de fragmentos de taça, já que fariam parte dos dezasseis fragmentos que Veiga Ferreira refere.

QUADRO 6

Registo de espólio cerâmico (gruta II)

Lista de Manuel Heleno nos cadernos de 1952 e 1953	Lista de Veiga Ferreira na publicação de 1977	Registo actual em 2000
"1 fragmento de campaniforme com linhas quebradas entre 5 linhas paralelas"	Não menciona mas desenha a peça como fazendo parte do espólio	998.66.2 (fig. 18)
"1 fundo de vaso campaniforme ornamentado com um raio"	Não menciona mas desenha a peça como fazendo parte do espólio	998.66.3 (fig. 20)
"Fragmentos de vaso campaniforme decorado com linhas interrompidas"	Não menciona mas desenha a peça como fazendo parte do espólio	Inexistente (fig. 16)
"Vaso de tipo tigela com decoração axadrezada"	"3 fragmentos de uma grande taça tipo Palmela com ornamentação a pontilhado"	998.66.1 (fig. 17)
"Outros fragmentos de vaso campaniforme"	"7 fragmentos de caçoila com decoração incisa"	998.66.4, 998.66.5, 998.66.6, 998.66.7 e mais três que não estão marcados (fig. 19)
"Fragmentos com linhas"	"3 fragmentos de vaso ornamentado" (não desenhado)	Inexistente
"Um vaso inteiro de fundo curvo e colo cilíndrico"	"Taça ligeiramente carenada"	Inexistente (fig. 16)
"Fragmento [...]"	"1 fragmento de bordo de taça"	2001.1.37 (fig. 13)
"Bordos de cacos de vasos lisos"	"16 fragmentos de taças"	2001.1.30, 2001.1.31, 2001.1.32, 2001.1.36 (as outras 12 já não existem) (fig. 13 e 14)
	"Fragmentos de diversos vasos ..."	2001.1.27, 2001.1.28, 2001.1.29, 2001.1.33, 2001.1.34, 2001.1.35, 2001.1.39 (fig. 14 e 15)
	"... sendo um de grandes dimensões com omphalus"	2001.1.38 (fig.12)

QUADRO 7

Registo de espólio cerâmico e outros (Gruta I)

Lista de Manuel Heleno nos cadernos de 1952 e 1953	Lista de Veiga Ferreira na publicação de 1977	Registo actual em 2000
"Vasinho semi-esférico partido mas completo"	Não menciona mas desenha a peça como fazendo parte do espólio	Inexistente (fig. 16)
"Fragmento de outro mas incompleto, liso"	"7 fragmentos de outra taça"	998.66.8 (os outros 6 não estão marcados) (fig. 13)
"Uma ponta de cobre em losango"	Não refere	Inexistente
"Calote de crânio e outros ossos"	Não refere	Inexistente
"Ossos"	Não refere	Inexistente

5.2.2 Conservação e acabamentos

O estado de conservação não se refere tanto à fragmentação das peças mas ao estado da superfície (acabamento e decoração) e à consistência dos materiais. De forma empírica, criámos três categorias onde o que diferencia o bom do mau estado é a conservação ou não do desenho e acabamentos da superfície. Pelo intermédio designámos as peças que conservam o tipo de motivo decorativo mas nem sempre os polimentos, engobes, aguadas, etc. As peças que não pudemos observar não constam desta parte do estudo. O quadro seguinte refere-se à gruta II visto que a gruta I só tem dois exemplares. Um inexistente e o outro (998.66.8) está em mau estado.

QUADRO 8

Relação entre a conservação e o tratamento das superfícies

Estado de conservação da superfície	Tratamento das superfícies	Ocorrências
Bom estado	Aguada interna	3
Estado intermédio	Alisado externamente	2
Estado intermédio	Alisado internamente	1
Estado intermédio	Alisado totalmente	1
Estado intermédio	Engobado totalmente	1
Estado intermédio	Polido internamente	1
Estado intermédio	Não é determinável	3
Mau estado	Não é determinável	5

O principal motivo para a ocorrência de um melhor ou pior estado é o contexto em que foram depositados os artefactos. As diaclasses onde foram construídas as grutas têm ainda hoje um elevado índice de humidade, visível através da microflora que nelas habita. Posteriormente, nos últimos cinquenta anos, todo o conjunto experimentou condições diferentes que certamente o fragilizaram.

O estado de conservação dos fragmentos não nos permite tirar grandes conclusões no que respeita a acabamentos. Na maioria parte dos casos ou não é visível, ou são simplesmente alisados. No que respeita ao campaniforme, apenas em dois exemplares é visível tratamento de superfície. Um com polimento (2001.1.39) e outro com aguada interna (998.66.3).

A cozedura é normalmente irregular ou oxidante. Só dois casos têm cozedura redutora (2001.1.27, 2001.1.30).

5.2.3 As cerâmicas não decoradas

Estão representados nesta pequena colecção treze conjuntos de fragmentos mais três exemplares a que tivemos acesso através dos desenhos de Veiga Ferreira e que possibilitaram a reconstituição de cinco formas.

Descrição:

- 7 taças hemisféricas quase todas de pequenas dimensões, situação frequente nestes contextos. Uma delas (2001.1.36) possui junto ao bordo

invertido um arranque de um pequeno mamilo perfurado verticalmente. Cremos que possuiria pelo menos mais três ou quatro deste meios de prensão com estas proporções e características, embora com outra morfologia. Há paralelos, como por exemplo o vaso encontrado na gruta I de Casal do Pardo (Leisner, et al., 1961).

- 1 taça com um ligeiro ressaltado junto à base, consiste na associação de uma calote de esfera a um tronco de cone.
- 1 tijela ligeiramente fechada, traduzível por um ovóide.
- 1 vaso de “tipo saco”, que decompondo é associação de uma hemiesfera com um tronco de cone.
- 2 vasos fechados que apontam para formas globulares.
- 2 recipientes fechados e 1 aberto para os quais não foi possível identificar a forma, e um fundo de paredes espessas daquilo que parece ser um vaso de contentorização. Este tem como particularidade um ônfalo desproporcionalmente pequeno relativamente ao que seria a totalidade da peça.

Se exceptuarmos este último caso, no mínimo invulgar, todas estas formas estão bem representadas nos contextos neo-calcolíticos da Estremadura.

As formas dominantes são, sem dúvida, as pequenas taças hemisféricas tendo todas os bordos arredondados à excepção de um exemplar com bordo biselado. A sua orientação é sempre direita salvo um bordo invertido e outro exvertido. As outras formas minoritárias com um exemplar cada, são representadas por um ovóide e duas formas complexas (vaso tipo saco e taça com ressaltado junto à base). Finalmente registam-se dois globulares. Os bordos são também arredondados e com uma orientação direita.

Torna-se imperioso investir no conhecimento destas peças lisas, que por vezes são ignoradas. No entanto estas, podem ser uma das chaves para a caracterização das actividades da economia doméstica destas sociedades. Deste entendimento mais alargado, observável em contextos de habitat, talvez resulte um outro de enorme dificuldade (senão impossível) o de perceber, a escolha de determinadas formas e associações em contextos funerários. Qual o significado ou funcionalidade acrescida que estes objectos do quotidiano dos vivos adquirem ao serem depositados em contextos dos mortos? Responder a esta pergunta poderá ser uma tarefa inglória.

QUADRO 9

Dimensões da cerâmica lisa

Nº de peça	D. máx.	d. abert.	d. colo	H. máx.	h. colo	E. máx.	e. bordo
2001.1.27	-	144	-	-	-	-	6
2001.1.28	150	132	-	120	-	8	6
2001.1.29	101	80	-	83	-	6	4
2001.1.30	207	200	-	101	-	8	5
2001.1.31	178	175	-	93	-	6	6
2001.1.32	109	100	-	-	-	-	6
2001.1.33	-	92	-	-	-	-	6
2001.1.34	-	120	-	-	-	-	5
2001.1.35	-	120	-	-	-	-	7

QUADRO 9 (continuação)

Dimensões da cerâmica lisa

Nº de peça	D. máx.	d. abert.	d. colo	H. máx.	h. colo	E. máx.	e. bordo
2001.1.36	93	93	-	52	-	7	7
2001.1.37	97	95	-	40	-	7	7
2001.1.38	-	-	-	-	-	-	-
998.66.8 *	114	112	-	55	-	6	5

*Pertence à gruta I

5.2.4 O campaniforme

A colecção de Ribeira de Crastos não traz novidades relativamente à resolução das principais questões em torno do campaniforme. A falta de um contexto estratigráfico preservado, de uma associação espacial a artefactos e vestígios osteológicos, bem como de análises radiométricas seguras remetem-nos para a simples constatação de presenças de objectos reconhecidamente empregados de forte carga simbólica e que, por isso mesmo, foram utilizados neste género de contexto da Estremadura. Poderíamos afirmar que a sua presença é mais importante para a compreensão deste monumento de características arquitectónicas singulares, nomeadamente na aferição de uma cronologia relativa, do que propriamente para a compreensão do fenómeno campaniforme. Assim, o contributo deste capítulo será dar a conhecer este conjunto e descrevê-lo na medida do possível.

As formas:

As formas representadas são duas taças hemisféricas e uma caçoila carenada (segundo Soares e Silva, 1974-1977). Há, ainda, um bordo de recipiente aberto, tipo tronco de cone invertido e um fundo em calote de esfera. Para estes podemos sugerir formas de tipo vaso acampanado ou caçoila.

As técnicas decorativas:

Estão presentes as duas principais técnicas decorativas utilizadas para o campaniforme do actual território português. A incisão, feita por arraste de um punção e a impressão, neste caso e tal como grande parte do campaniforme impresso da Estremadura, feita com o auxílio de uma “carretilha”, vulgarmente chamada de roleta. A regularidade entre espaços e os pequenos quadrados ou pontos impressos, o modo como por vezes os campos decorativos são ultrapassados inadvertidamente, ou as sobreposições involuntárias mas sempre regulares são fruto de um mau controlo deste instrumento. O descontrolo de um punção não provocaria este geometrismo. Por outro lado um pente, por poucos dentes que tivesse, nunca conseguiria fazer determinados desenhos curvos. J. Soares e C. Tavares da Silva sugerem (Soares e Silva, 1974-1977) que seria utilizado um pente com quatro dentes. Não excluindo a existência de técnica impressa a pente para o campaniforme, consideramos pertinente a hipótese de se utilizar um instrumento mais apropriado. Esse objecto existe e tem nome no

dicionário – carretilha. Esta seria composta por uma pequena roda dentada associada a um eixo que poderia estar acoplado ou não a um cabo. Nunca foi encontrado em contexto arqueológico. A fragilidade e perecibilidade dos materiais que a compunham deverão ser a causa da sua inexistência.

Descrição dos motivos decorativos:

- a) 998.66.4; 998.66.5; 998.66.6; 998.66.7 – Fragmentos de uma pequena caçoila carenada de tipo inciso. Há essencialmente três zonas decoradas. A primeira vai desde a linha de bordo até quase ao fim do colo. Começa com uma banda de triângulos encadeados preenchidos por linhas verticais paralelas entre si. Em baixo e já no colo uma linha incisa horizontal seguida de uma banda delimitada por duas linhas horizontais, preenchida com pequenas incisões oblíquas paralelas entre si que, por vezes, se cruzam com outras opostas formando de quando em quando pequenas cruces de tipo Santo André. Segue-se outra linha e outra banda
- b) 998.66.1- Dois fragmentos que nos dão o perfil de uma taça hemisférica com o bordo bi-espessado. Duas áreas são decoradas com técnica impressa. O topo do bordo que é preenchido com um padrão de losangos sendo alternadamente preenchidos com linhas de pontos oblíquas formando um xadrez. A outra área vai do bordo até cerca de meio da peça. Começa com uma linha quebrada horizontal dando a ideia de triângulos encadeados pois logo abaixo aparecem três linhas horizontais paralelas. A de topo sugere a base desses triângulos. De seguida tem duas bandas separadas por duas linhas novamente horizontais. As bandas são iguais ao motivo do topo do bordo. A fechar a sequência tem mais três linhas a pontilhado.
- c) 998.66.2- Uma taça idêntica à anterior apresentando técnica da incisão. Possui a mesma repartição de áreas decoradas. O topo do bordo tem incisões diagonais cruzadas. Na parede externa a decoração é feita por um grupo de quatro linhas e dois grupos de cinco linhas, todas paralelas ao bordo. Estes três conjuntos são alternados com uma linha quebrada, existindo portanto três. É com uma destas linhas que termina o motivo. Há um exemplar parecido na gruta 3 do Casal do Pardo (Leisner, et al, 1961, p.51).
- d) 998.66.3- São dois fragmentos do fundo. A decoração é incisa. O motivo está centralizado na base externa e é constituído por um pentágono (embora só sejam visíveis quatro lados). Cada um dos lados é repetido diversas vezes (o número de repetições é variável consoante esses lados) por linhas paralelas entre si. A convergir para cada um dos vértices do pentágono há uma banda delimitada por duas linhas preenchidas por pequenas incisões paralelas entre si e perpendiculares. Todo o conjunto assemelha-se a um sol pentagonal com cinco raios correspondentes às bandas, embora os fragmentos só nos mostrem três raios. Convinha salientar que este motivo foi feito com traços muito irregulares e pouco rigorosos. As incisões ultrapassam frequentemente os campos e as linhas são tortas sem intencionalidade. O número de repetições

é muito variável o que torna o desenho pouco simétrico. Aparenta quase uma certa displicência na sua execução. Será que seria demasiado arrojado considerar um sinal de vulgarização deste tipo cerâmico ou simplesmente fruto de um(a) artífice menos hábil?

- e) 998.66.4; 998.66.5; 998.66.6; 998.66.7 – Fragmentos de uma pequena caçoila carenada de tipo inciso. Existem essencialmente, três zonas decoradas. A primeira vai desde a linha de bordo até quase ao fim do colo. Começa com uma banda de triângulos encadeados preenchidos por linhas verticais paralelas entre si. Em baixo e já no colo uma linha incisa horizontal seguida de uma banda delimitada por duas linhas horizontais, preenchida com pequenas incisões oblíquas paralelas entre si que, por vezes, se cruzam com outras opostas formando de quando em quando pequenas cruces de tipo Santo André. Segue-se outra linha e outra banda unicamente preenchida com linhas diagonais inclinadas para a esquerda. O resto do colo não é decorado. A 2ª zona vai desde o ponto de inflexão entre o colo e a pança até à carena. O motivo decorativo é constituído por três bandas horizontais preenchidas por pequenas incisões oblíquas todas inclinadas para a direita. Entre cada banda há uma linha horizontal. A 3ª e última zona é a base da peça. Aqui estão cinco circunferências umas dentro das outras. Deste conjunto partem perpendicularmente quatro grupos de catorze linhas incisadas paralelas entre si. Alguns campos formados são ocupados com incisões oblíquas.
- f) 2001.1.39- Pequeno fragmento de um bordo decorado com técnica impressa a pontilhado. O motivo é composto por duas bandas. A de topo é limitada em cima por uma linha quebrada e na base por uma linha horizontal. Esta é preenchida por linhas oblíquas paralelas entre si inclinadas para a esquerda. Segue-se um espaço vazio e a outra banda que é constituída por uma linha ao topo horizontal. O limite inferior já não é visível mas o seu preenchimento é idêntico à anterior.
- g) Não tem número pois pertence ao espólio “desaparecido”- Vaso de grande dimensão que, apesar de lhe faltar todo o perímetro do plano de abertura, é visível o seu perfil em S. É decorado com técnica impressa a pontilhado. Os motivos situam-se todos na pança e são configurados por duas bandas horizontais em zig-zag preenchidas a traços verticais paralelos entre si. Por baixo há uma sequência de três linhas quebradas paralelas.

QUADRO 10

Relação entre a forma e o tipo de campaniforme

Nº de peça	Forma específica	Tipo de campaniforme
998.66.4	Caçoila	Inciso
998.66.3	Indeterminada (fundo)	Inciso
998.66.1	Taça	Palmela Impresso
998.66.2	Taça	Palmela Inciso
2001.1.39	Caçoila ?	Impresso
S/nº	Caçoila ?	Impresso

QUADRO 11

Dimensões da cerâmica campaniforme

Nº de peça	D.máx.	d.abert.	d.colo	H.máx.	h.colo	E.máx.	e.bordo
998.66.1	282	262	-	90	-	10	10
998.66.2	352	302	-	103	-	20	20
998.66.3	-	-	-	-	-	-	-
998.66.4	120	119	110	85	40	6	5
2001.1.39	-	112	-	-	-	-	4

5.3 Ponta tipo Palmela

Segundo Manuel Heleno (1952) foi encontrada na gruta I uma “ponta de cobre em losango”. Desconhecemos a verdadeira natureza da matéria-prima e a sua forma em pormenor, pois não se encontra desenhada nem descrita em mais parte alguma. No entanto, e atendendo ao tipo de contexto, leva-nos a crer tratar-se de uma ponta tipo Palmela. Este artefacto está em coerência perfeita com o resto do conjunto campaniforme. Contudo, é referido nos cadernos de campo de Heleno como pertencente à gruta I onde não há cerâmica campaniforme.

A gruta I contém cinco recipientes conectáveis, sem reservas, com a panóplia campaniforme, enquanto que a gruta II dispõe unicamente da referida ponta de seta (lança) tipo Palmela.

5.4. Considerações sobre o espólio campaniforme

Quando olhamos para o espólio de sítios congêneres notamos que estas grutas são relativamente pobres no que respeita à diversidade de artefactos que, habitualmente, constituem o pacote campaniforme. A inexistência dos habituais botões com perfuração em “v” ou os braçais de arqueiro fazem-se sentir. Poderíamos justificar a pobreza artefactual da gruta I com o reduzido número de enterramentos que aí aconteceram, talvez um ou dois. Outra possibilidade seria atribuir estas ausências a fenómenos pós deposicionais, nomeadamente eventuais visitas feitas ao longo da História. Aqueles são artefactos que despertariam interesse independentemente da época em que fossem observados.

5.5 Outros elementos do espólio

É também referida a existência, na gruta II, de “fragmento de crânio e outros ossos” e na gruta I a ocorrência de carvões (Cadernos de Manuel Heleno, nº 8, 1952). Estes vestígios não chegaram até nós, não sendo possível proceder a eventuais análises osteológicas e radiométricas. A presença de carvões e de restos humanos leva-nos a tecer algumas considerações. Torna-se claro que, tiveram aqui lugar inumações. A presença de carvões torna-se difícil de justificar. Sabendo que a câmara, até meados do século XX, teria como único acesso um estreito corredor e que, pela sua pequena cubicagem e falta

de arejamento, não permitiria a utilização da cavidade como espaço de habitat. Excluindo-se a hipótese de ser um fogo doméstico, não seria de todo improvável que tivessem ocorrido combustões relacionadas com as práticas de “arrumação” de ossos e de limpeza do espaço funerário.

6. As possíveis (re)interpretações

O monumento coloca-nos alguns problemas no que respeita à sua arquitectura e respectivo enquadramento na Pré-História recente da Estremadura.

Como inicialmente referimos, a gruta I é uma câmara integralmente escavada a partir de uma estreita diaclase orientada e a gruta II é feita mediante o alargamento de uma outra diaclase paralela à anterior.

Embora não seja a maneira habitual de “construir” uma gruta artificial, este monumento é a materialização, tal como os seus congéneres neo-calcolíticos, da ideia de um espaço funerário constituído por um estreito corredor que desemboca numa câmara sub-circular servindo de receptáculo a inumações e respectivas oferendas. A singularidade de Ribeira de Crastos reside no facto de aproveitar a sugestão da Natureza e transformá-la de acordo com os pressupostos mágico-religiosos dos construtores. Houve uma identificação por parte das populações com o relevo, a orientação e a estreita abertura para o interior da terra que, coincidentemente, encaixavam na sua ideia de estrutura funerária. Deste modo, e apesar do “oportunismo” dos construtores, consideramos que a arquitectura das cavidades enquadra-se na categoria das grutas artificiais.

Há ainda a referir que nas imediações as rochas, exclusivamente de origem sedimentar, são maioritariamente pouco consolidadas, como as argilas, arenitos e conglomerados. Estas eram as únicas matérias-primas à disposição das populações pré-históricas.

Partindo para a análise possível dos materiais de Ribeira de Crastos, colocamos a hipótese de ter aqui acontecido uma história semelhante à das suas congéneres. Isto é, as primeiras deposições seriam feitas pelos construtores, seguindo-se novas deposições pelos seus sucessores, portadores de espólio campaniforme (Gonçalves, 1995). Aceitando esta possibilidade, os artefactos conectáveis com fases mais antigas são pouco representativos, na medida em que são também o pano de fundo para épocas posteriores. No entanto, é de considerar parte do conjunto lítico aqui representado, nomeadamente o geométrico e as pontas de seta de base pedunculada, e algumas pequenas taças (uma delas engobada), como pertencente eventualmente a um primeiro momento de deposição⁶. Um segundo momento, estaria perfeitamente representado pela cerâmica campaniforme da gruta II e pela ponta de Palmela da gruta I.

Se compararmos o espólio habitual de uma gruta artificial com o de Ribeira de Crastos, torna-se evidente as ausências de artefactos votivos de calcário, taças caneladas, copos, cerâmica de bordos denteados, placas de xisto com

⁶ Será que os “fragmentos com linhas” de que Manuel Heleno nos fala seriam cerâmica canelada?

motivos geométricos, alfinetes de osso e objectos de adorno, só para citar os mais significativos.

Se nos lembrarmos que nestes monumentos “[...] o seu conteúdo ao momento da escavação não representa necessariamente a totalidade da sua história” (Gonçalves, 1995, p. 132) e sabendo que os reutilizadores por vezes esvaziavam o conteúdo original (provavelmente por não se identificarem com o espólio mas só com o espaço, ou ainda por questões de arrumação) obtemos uma possível justificação para estas ausências. Porém, é vulgar alguns artefactos serem reaproveitados, caso das lâminas, alguma cerâmica e outros. Para os artefactos votivos de calcário teremos de equacionar a hipótese de nunca terem feito parte do espólio inicial, tal como acontece em sítios idênticos próximos, por exemplo, Quinta das Lapas (Gonçalves, 1992) e Ermegeira (Heleno, 1933). Apesar da boa acessibilidade a outras áreas da Estremadura, poderíamos justificar estas ausências pelo facto de serem as grutas artificiais mais a Norte e por isso também as que estão mais longe de um foco de influência de ideias do mundo mediterrânico, apesar da arquitectura do espaço funerário pertencer a esse horizonte cultural.

Outra possibilidade de interpretação que teoricamente podemos considerar é a de existir um só momento de construção e utilização, em que os artefactos associados à primeira etapa seriam agora considerados como sobrevivências. Como se sabe, quer os materiais líticos quer os materiais cerâmicos anteriormente citados, não são exclusivos do Neolítico final, continuando a ser produzidos em épocas posteriores. Assim, os monumentos poderiam ter sido feitos por populações calcolíticas, mais tardias, justificando-se a singularidade destas grutas – note-se que não têm todas as características das grutas artificiais “clássicas” – como uma imitação dos monumentos de Neolítico final.

Face ao silêncio constrangedor de um contexto perdido, resta-nos procurar significados e indicadores cronológicos na própria cultura material, com todas as vicissitudes e problemas que isso acarreta.

Paralelizando com outras grutas artificiais da Estremadura, acreditando na existência de um primeiro momento de construção/utilização e equacionando:

- a) a inexistência de artefactos de curta diacronia representativos de uma fase mais antiga, como as taças caneladas;
- b) as grutas serem, numa perspectiva arquitectónica, um caso atípico que nos pode induzir a aceitar uma degeneração da ideia inicial de construção;
- c) o facto de representarem a presença mais septentrional deste tipo de monumento, onde as ideias mediterrânicas chegariam necessariamente (?) mais tarde.

Apontariamos para uma fase tardia na construção das cavidades e primeira utilização, algures no segundo quartel do 3.º milénio.

Para um segundo momento, são as cerâmicas campaniformes que nos fornecem um ponto de referência. Estão representados pelo menos dois tipos de campaniforme: o género Palmela, na versão taça impressa e taça incisa, e tipo inciso (Soares e Silva, 1977), do qual existe uma pequena caçoila carenada e

um fundo. O exemplar que Veiga Ferreira nos dá a conhecer através de um desenho (fig. 16) e o fragmento impresso 2001.1.39 são de classificação menos clara.

Sabe-se que há momentos de coexistência entre diferentes tipos veja-se, por exemplo, no corredor do tholos da Tituaria (Cardoso et al., 1995), e que até agora não foi possível estabelecer uma cronologia fina que permita aferir as respectivas diacronias e sincronias de produção/utilização. Apenas sabemos pelas análises radiométricas feitas a contextos campaniformes que esta cerâmica conta com um intervalo de tempo balizado entre 2800-2300 cal BC (Cardoso e Soares, 1992).

Segundo a visão tradicional de uma sequência estilística do campaniforme, onde o estilo marítimo ou internacional é o mais antigo e o tipo inciso o mais recente, o conjunto de Ribeira de Crastos enquadra-se num momento avançado deste fenómeno, perante a inexistência de exemplares tipicamente marítimos e de uma utilização maioritária da técnica incisiva.

Outro problema, que é também comum a outras grutas artificiais, é o período que medeia entre as primeiras utilizações e as reutilizações com espólio campaniforme. No caso em estudo poderá ser muito curto e mesmo tendo acesso a datações radiocarbónicas, impossível de detectar.

Assim, para esta segunda etapa, aceitaríamos uma cronologia de meados do 3º milénio A.C. onde populações do Calcolítico Pleno/Final reactivariam as grutas. Estas em última análise mostram-nos uma solução arquitectónica mista até aqui desconhecida, diversificando o número de possibilidades na execução de um espaço funerário pré-histórico.

Agradecimentos

A Manuel Lemos, pela colaboração incansável nos trabalhos de escavação e conservação; a Margarida Monteiro, pelo inestimável contributo nos trabalhos de conservação; ao Sr. João “Moleiro”, pela sua amável disponibilidade em fornecer informações relativas às escavações de Manuel Heleno; Adriano Germano e Artur Fernandes, pelo auxílio nos levantamentos topográficos; à Câmara Municipal das Caldas da Rainha e à Junta de Freguesia de Vidais. A todos aqueles que acreditaram ser possível fazer ainda qualquer coisa num sítio praticamente destruído e votado ao abandono. Ao Dr. Luís Raposo e a todos os seus colaboradores do MNA, pelas facilidades concedidas no acesso ao arquivo e espólio das escavações de Manuel Heleno.

Fontes manuscritas e impressas

MNA – Arquivo de Manuel Heleno
Caderno de Campo n.º 8, 1952
Escavações em Rio Maior, 1953
Carta Militar de Portugal: 1: 25 000 (material cartográfica). Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército. 1970. Folha 339.

Bibliografia

- ARANZADI, T. [et. al] (1923) – *Grutas artificiales de Alava, Eusko-Ikaskuntz.* [s. l.]: Sociedad de Estudios Vascos.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 90-143.
- CARDOSO, J. L., SOARES, A. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das Grutas artificiais da Península de Lisboa. *Al-Madan*. Almada. série 2. 4, p.10-13.
- CARDOSO, J. L., SOARES, A. M. (1990-1992) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 8/10, p. 203-228.
- CARDOSO, J. L., [et. al] (1996) – O monumento pré-histórico da Tituarria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135-195.
- CARVALHO, A. F. (1996a) – *O Neolítico antigo do Maciço Calcário Estremenho: tecnologia e tipologia da indústria de pedra lascada*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade. (Dissertação de mestrado; fotocopiada).
- CARVALHO, A. F. (1996b) – O talhe da pedra e a transição Neolítico-Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização da produção. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 3-4, p. 41-60.
- FERREIRA, O. da V. (1959) – Acerca dos monumentos funerários da cultura do vaso campaniforme em Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XV, 1-2, p. 203-218.
- FERREIRA, O. da V., NORTH, C., LEITÃO, M. (1977) – O espólio arqueológico das grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 61, p. 5-11.
- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: BAR. p. 173.
- GONÇALVES, J. L. (1979) – O monumento Pré-histórico da Praia das Maças. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 3ª série. 85, p. 125-135.
- GONÇALVES, J. L. (1982-1983) – Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra). Notícia preliminar. *Sintria*. Sintra, I-II, p. 29-58.
- GONÇALVES, J. L. (1992) – Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Monte Redondo, Torres Vedras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 247-276.
- GONÇALVES, V. S. (1992-1994) – Sítios, "horizontes" e artefactos.3. A questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 11, p. 39-94.
- GONÇALVES, V. S. (1995) – *Sítios, horizontes e artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal.
- HARRISON, R. J. (1977a) – *The bell beaker cultures of Spain and Portugal*. Massachusetts: Peabody Museum. (Bulletin of the American School of Prehistoric Research; 35).
- HARRISON, R. J. (1977b) – Beaker cultures of Iberia, France and the West Mediterranean Islands, 2200-1500 B.C. *In Beakers in Britain and Europe*. Oxford: BAR. (BAR Supplementary Series, 26), p. 5-26.
- HELENO, Manuel (1933) – *Grutas artificiais do Tojal de Vila Cbã (Carenque)*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.
- HELENO, Manuel (1942) – Gruta artificial de Ermegeira. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 449-459.
- HODDER, I. [et. al] (1995) – *Interpreting Archaeology. Finding meaning in the past*. London: Routledge.
- JALHAY, E. (1936) – A cerâmica eneolítica de Alapraia e a cultura do vaso campaniforme. *Brotéria*. Lisboa. 23, p. 320-331.

- LEISNER, V., ZBYZSEWSKI, G., FERREIRA, O. da Veiga (1961) – *Les grottes artificielles du Casal do Pardo (Palmela) et la culture du vase campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória nº 8, nova série).
- LEISNER, V., PAÇO, A., RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de S. Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEISNER, V., ZBYZSEWSKI, G., FERREIRA, O. V. (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 16).
- MACHADO, J. S. (1964) – Subsídios para a História do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. II série, 5.
- MONTEIRO, R., ZBYZSEWSKI, G., FERREIRA, O. V. (1970) – Nota preliminar sobre a lapa pré-histórica do Bugio (Azoia-Sesimbra). In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. I, p. 107-120.
- PAÇO, Afonso do, JALHAY, E. (1935) – As grutas de Alapraia. *Brotéria*. Lisboa. 31: 2-3, p.108-129.
- PAÇO, Afonso do (1957) – Arqueologia da Costa do Sol, I – Grutas de Alapraia. *Cascais e seus lugares*. Cascais. 12, p. 39-49.
- PARREIRA, R., SERPA, F. (1993) – Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no IV-III milénios A.C.. In *I Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto. *Trabalhos de Antropologia e Etologia*. 35: 3, p. 233-256.
- PELEGRIN, J. (1984) – Débitage par pression sur le silex: nouvelles expérimentations. In *Préhistoire de la pierre taillée. 2. Économie du débitage laminaire: technologie et expérimentation*. Paris: Cercle de Recherches et d'Études Préhistoriques, p. 117-128.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos Pré-Históricos em Portugal. II Monumentos Megalíticos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- SAVORY, H. (1970) – A section through the Innermost Rampart of the Chalcolithic Castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959). In *Actas das I Jornadas Arqueológicas, vol. I*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 133-162.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1990) – *Idade do Bronze na Estremadura Atlântica. Subsídios para um programa de estudo*. Lisboa: Faculdade de Letras (Prova complementar de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; texto policopiado).
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 173-200.
- SILVA, R. B. (1993) – Contributos Arqueológicos do concelho de Caldas da Rainha. In *Terras de Águas*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal. p. 25-36.
- SILVA, A. M. (1997) – O hipogeu de Monte Canelas I. Contribuição da Antropologia de campo e da Paleobiologia na interpretação dos gestos funerários do IV-III milénios a.C. *II Congresso de Arqueologia Peninsular*. Zamora: Fundación Afonso Henriques. II, p. 241-246.
- SOARES, A. M., CABRAL, J. P. (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *I Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto. *Trabalhos de Antropologia e Etologia*. 33: 3-4, p. 217-236.
- SOARES, A. M., CARDOSO, J. L. (1995) – Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico final e do Calcolítico inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 263-276.
- SOARES, J., SILVA, C. T. (1974-1977) – O grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. S. 3, 7/9, p. 102-112.
- UERPMANN, M. (1995) – A indústria de pedra lascada do Zambujal. *Origens, Estruturas e*

Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Lisboa: IPPAR, (Trabalhos de Arqueologia 7), p. 37-44.

ZBYSZEWSKI, G., ALMEIDA, M. (1960) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 26-D Caldas da Rainha*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal

ZILHÃO, J. (1987) – Bolores. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8, p. 54-55.

ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neocalcolítica de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 35-45.



Fig. 2 - Plano da Ribeira de Crastos

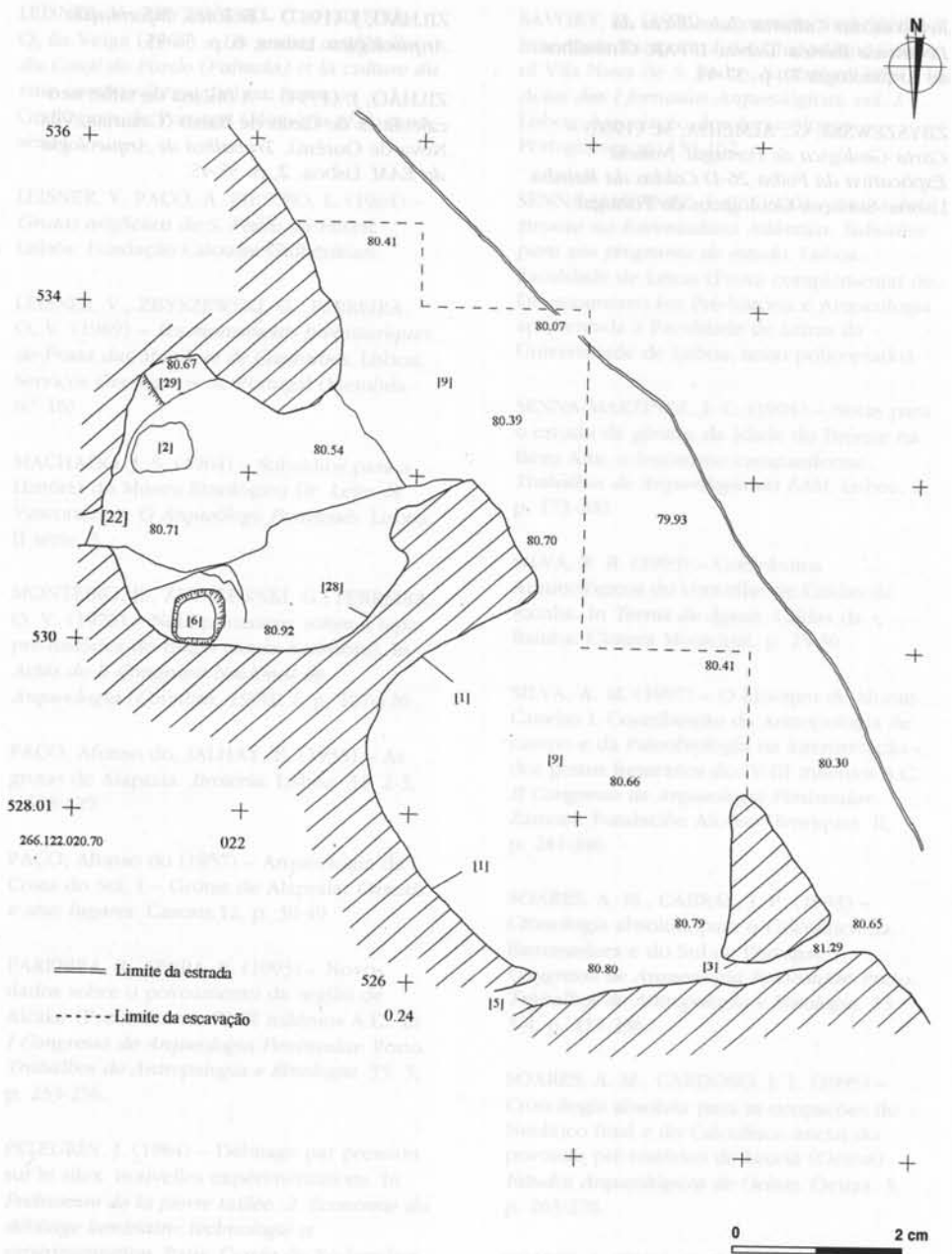


Fig. 1 – Campanha 1 (2000).

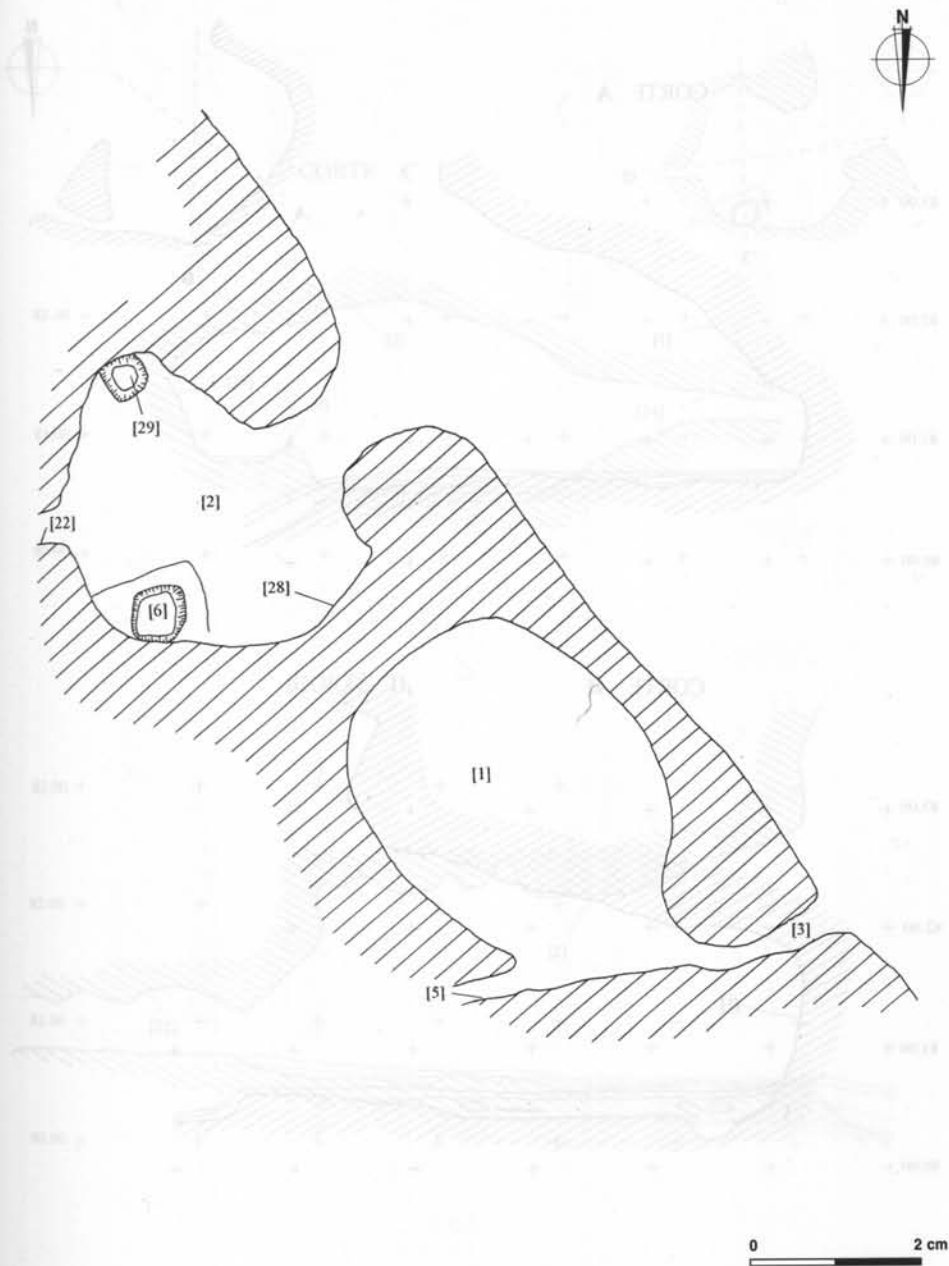


Fig. 2 – Reconstituição das Grutas.

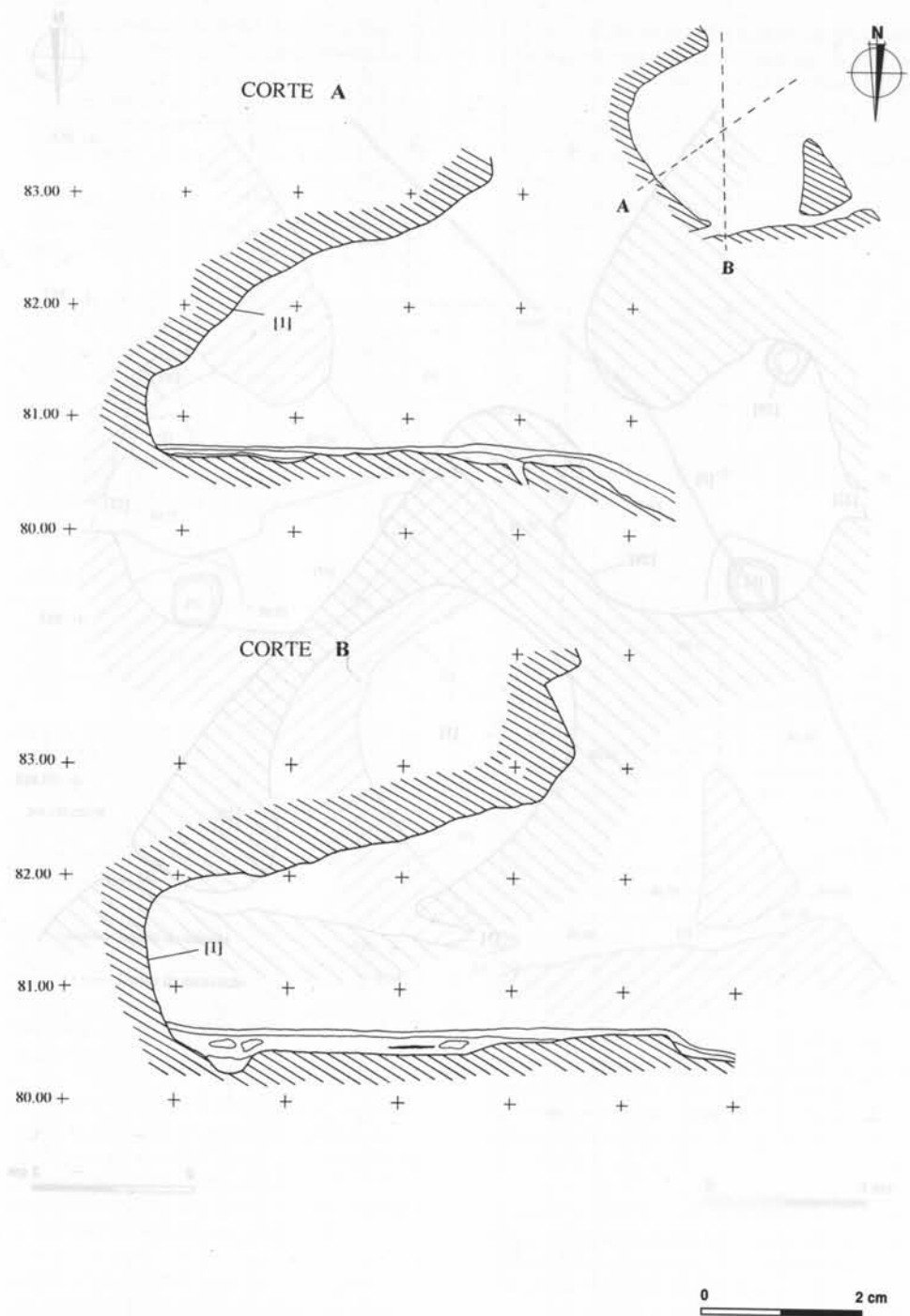


Fig. 3 – Cortes estratigráficos.

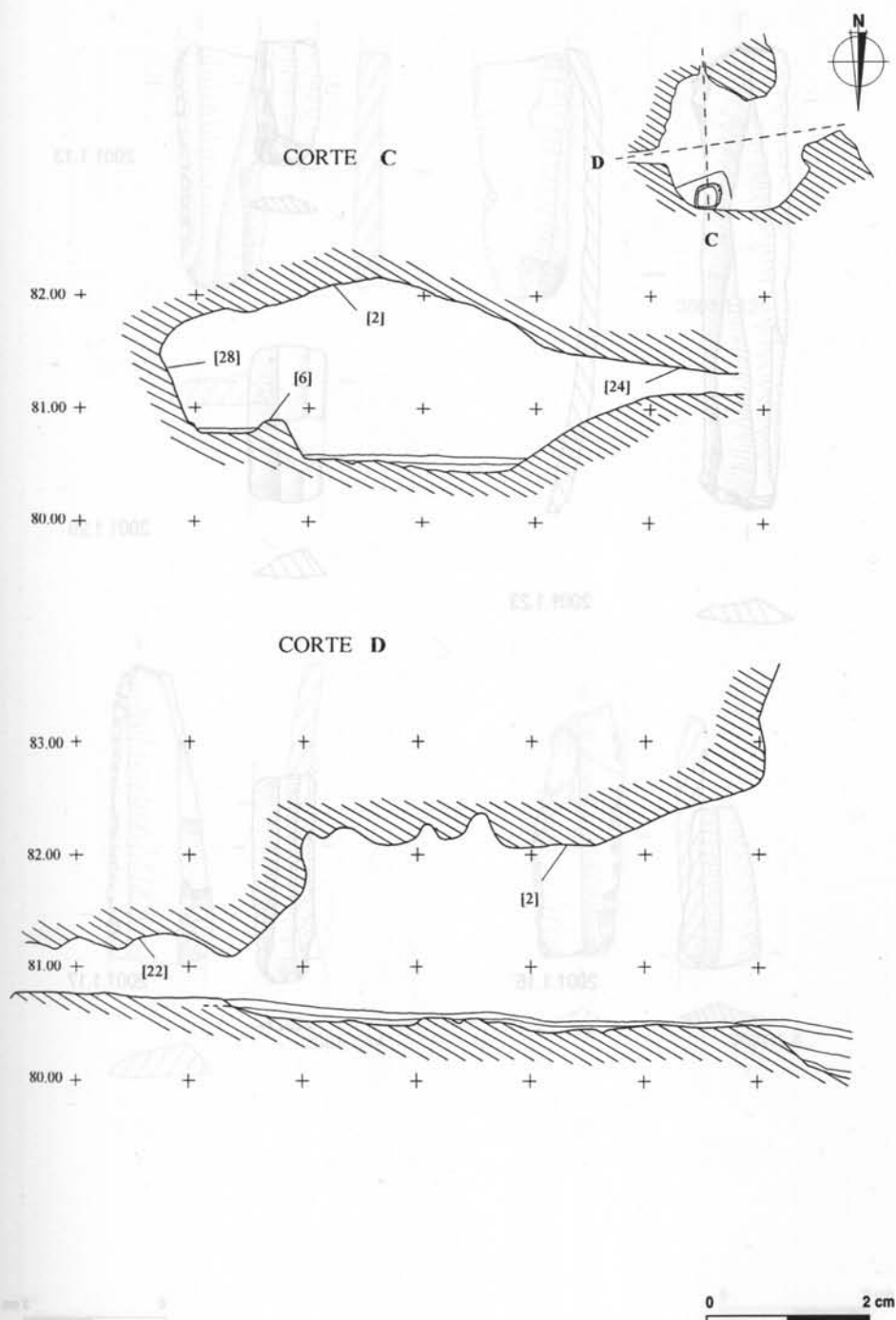


Fig. 4 – Cortes estratigráficos.

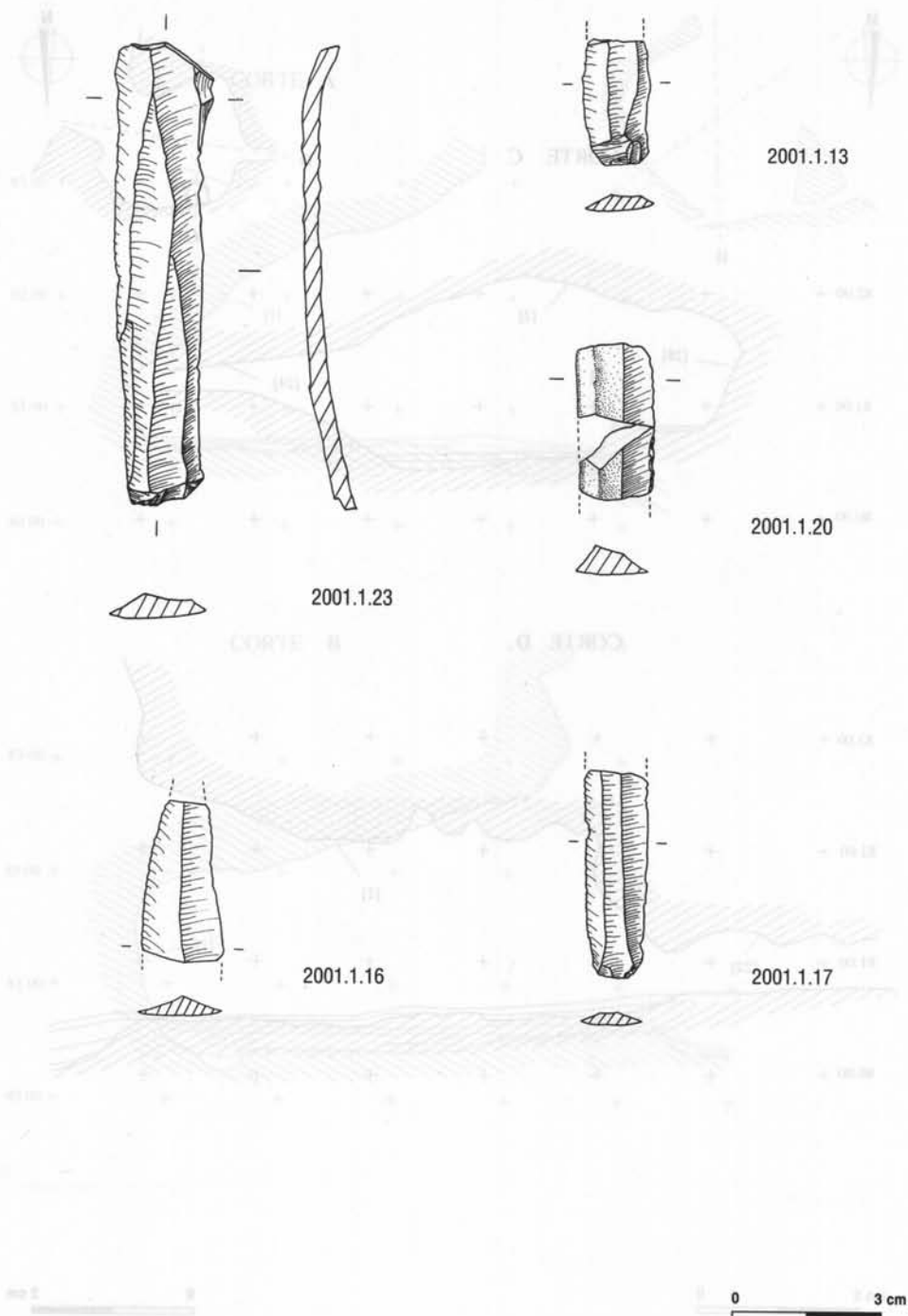


Fig. 5 – Líticos: Lâminas.

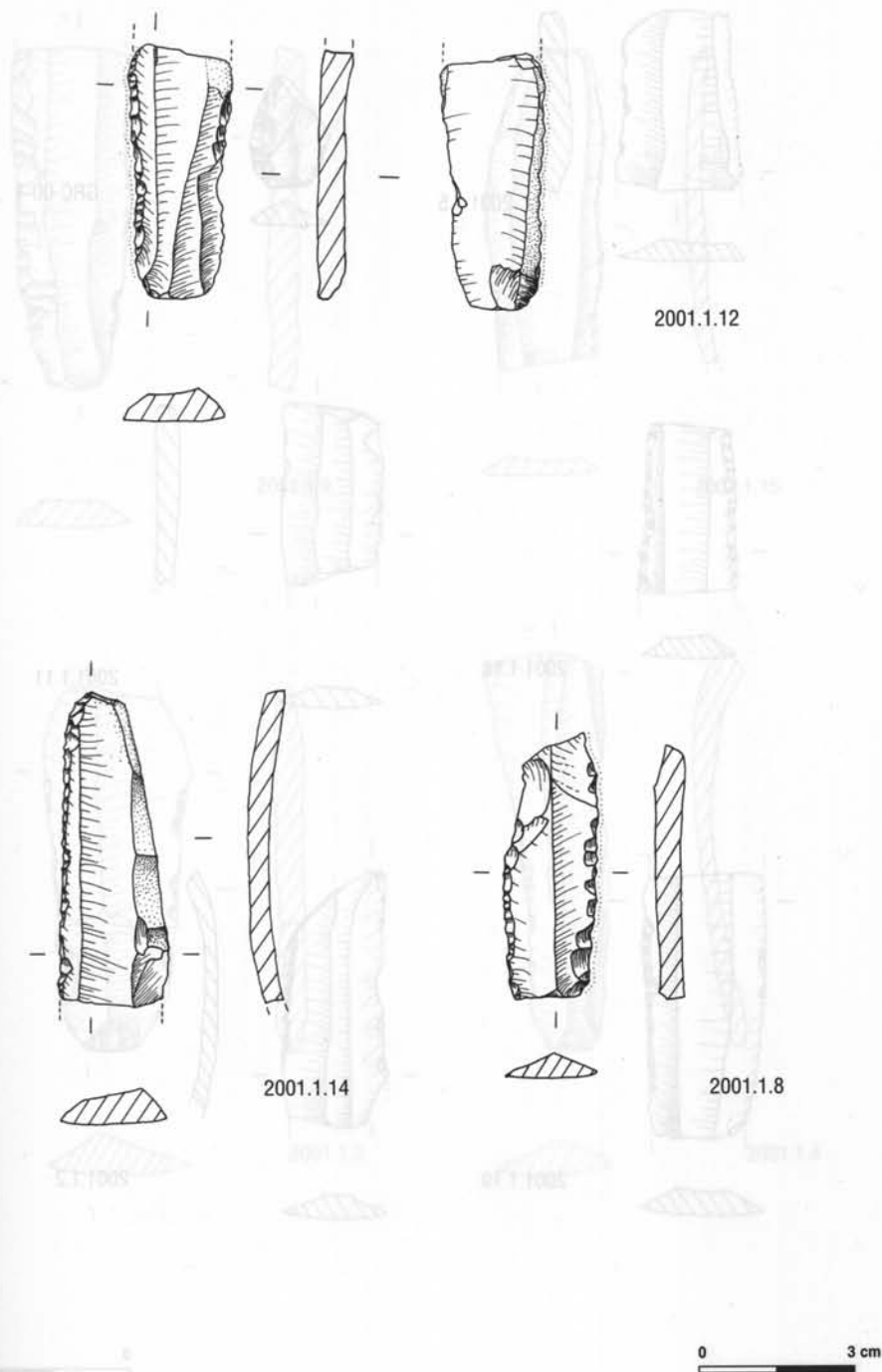


Fig. 6 – Líticos: Lâminas.

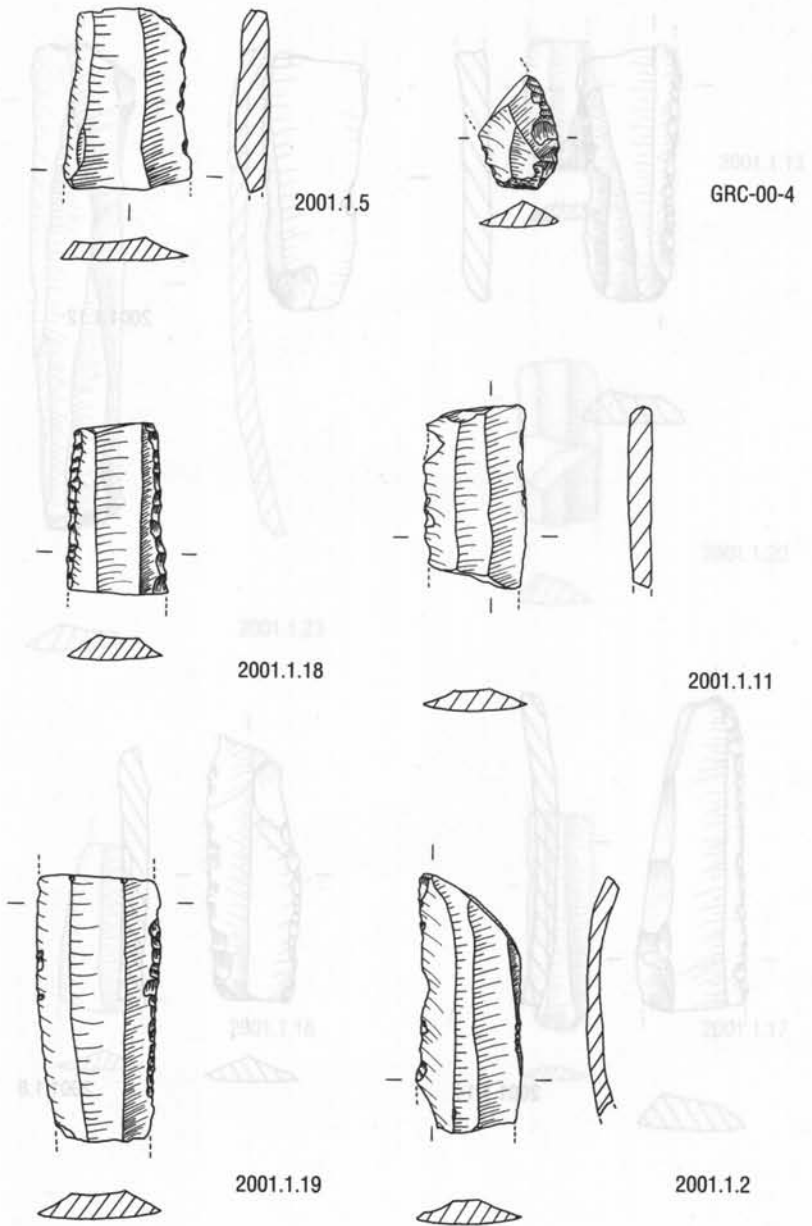


Fig. 7 – Líticos: Lâminas.

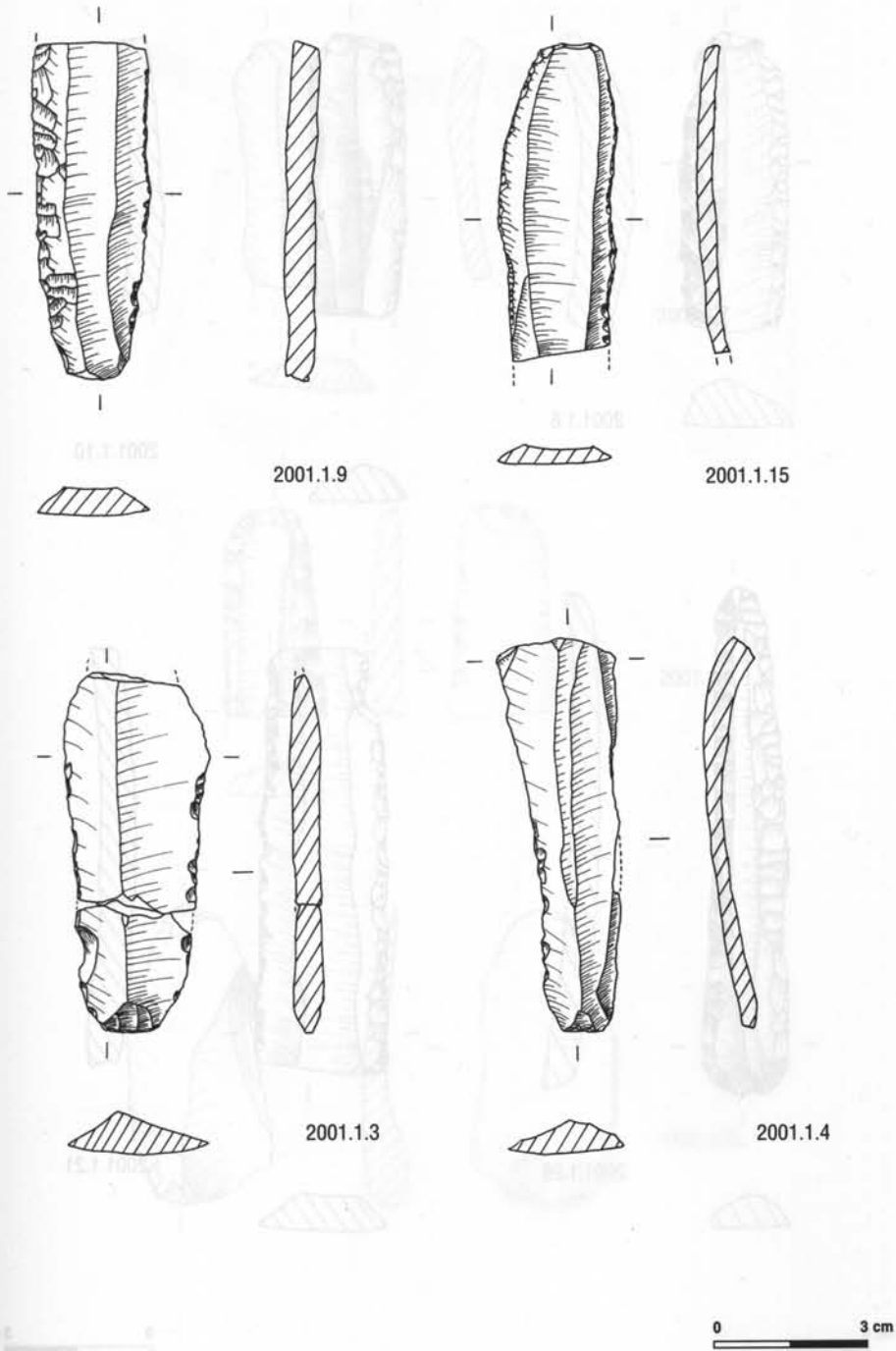


Fig. 8 – Líticos: Lâminas.

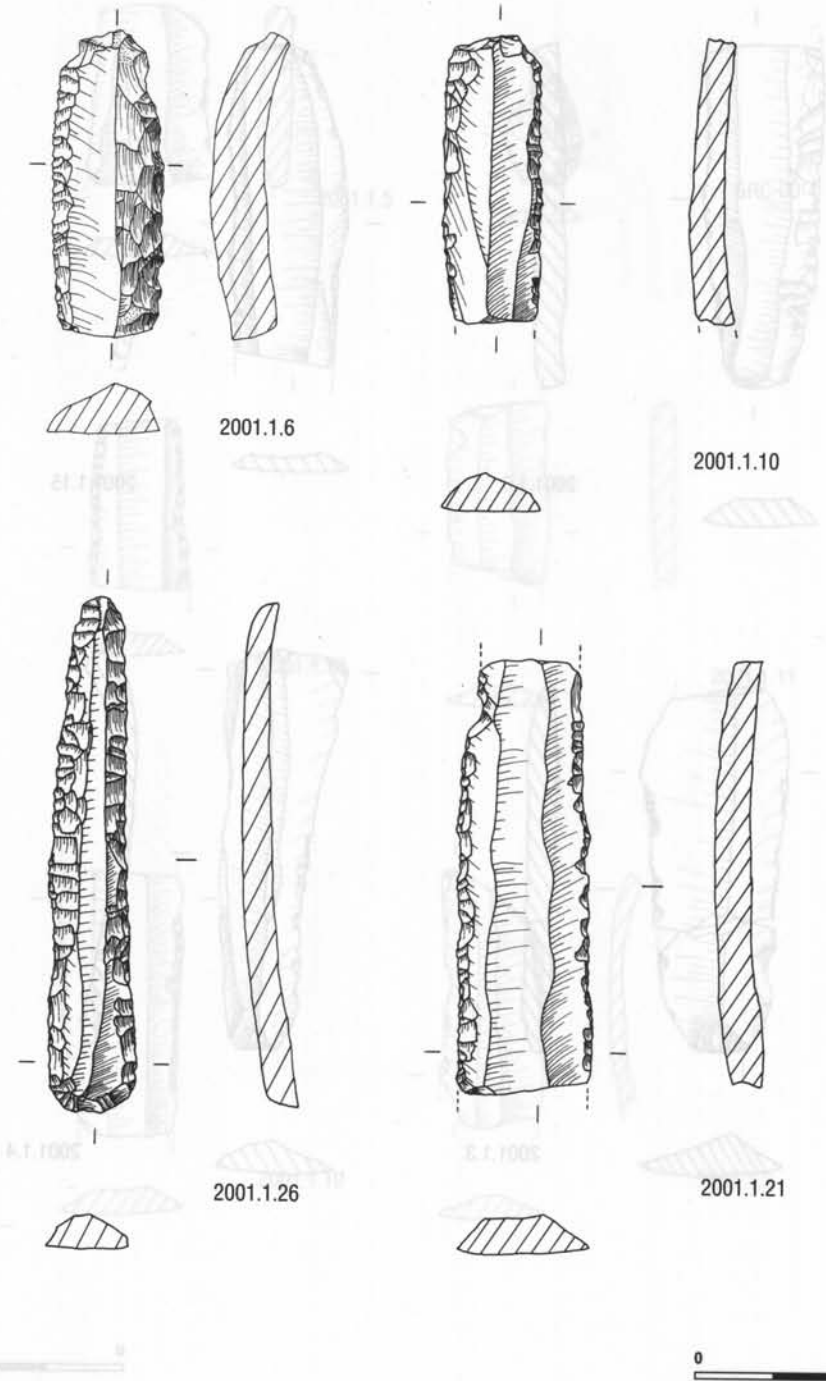


Fig. 9 – Líticos: Lâminas.

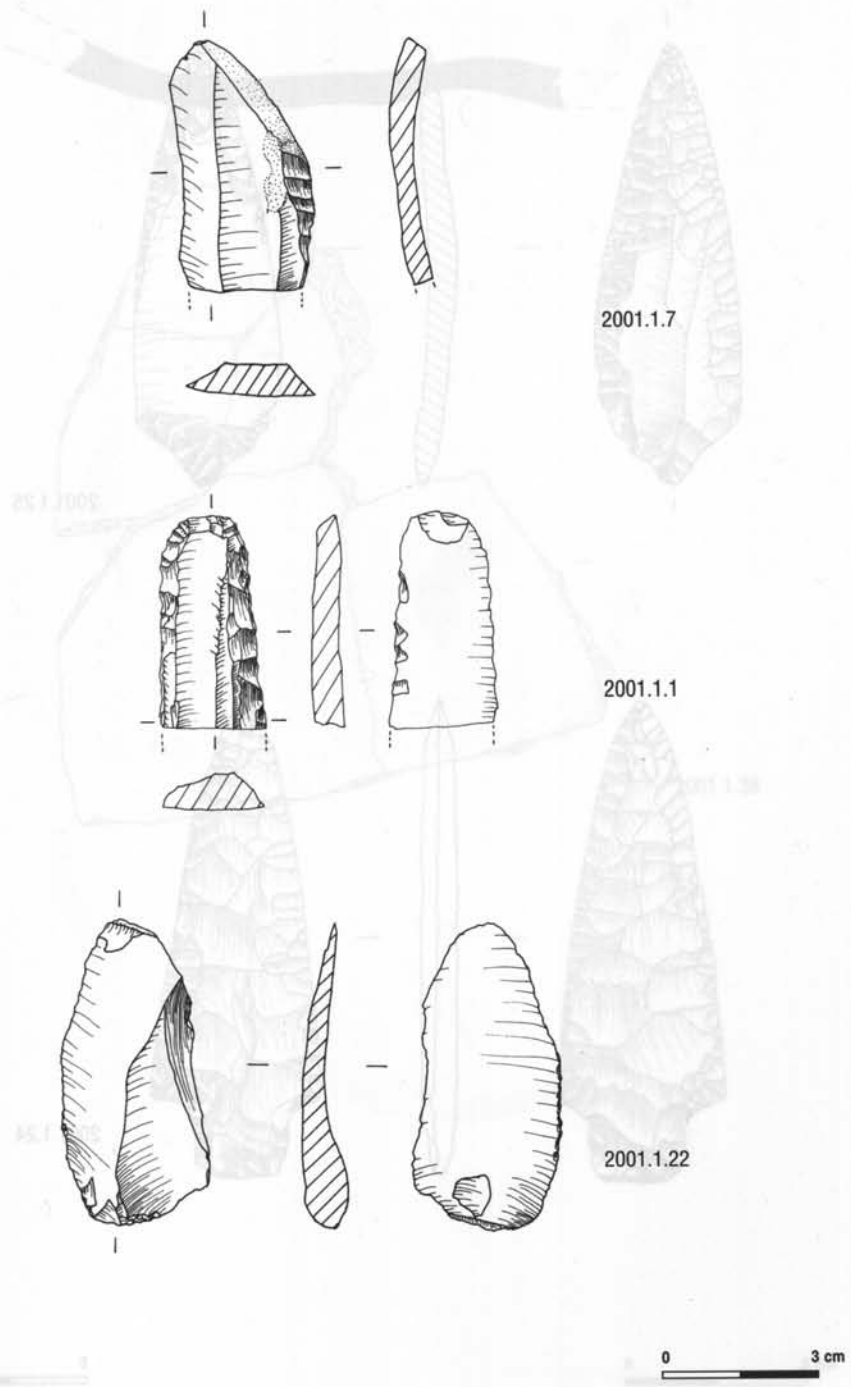


Fig. 10 – Líticos: 1 e 2 Lâminas; 3 lasca.

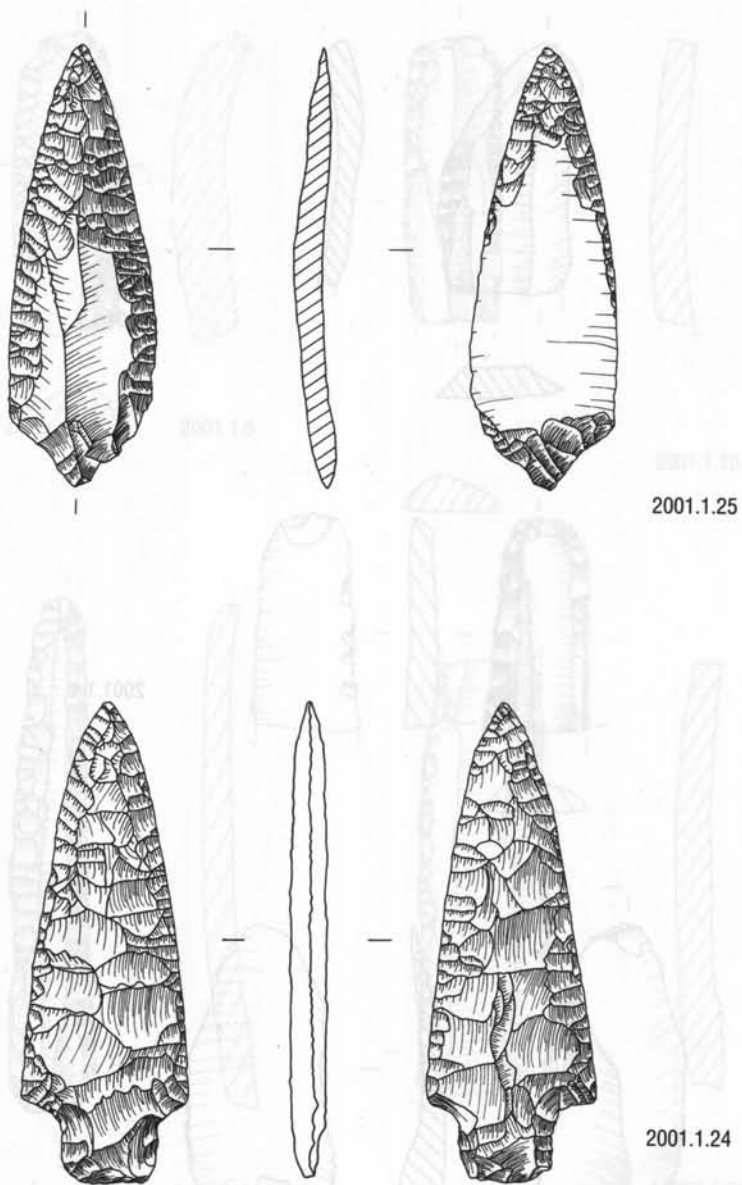


Fig. 11 – Líticos: grandes pontas bifaciais (GPB).

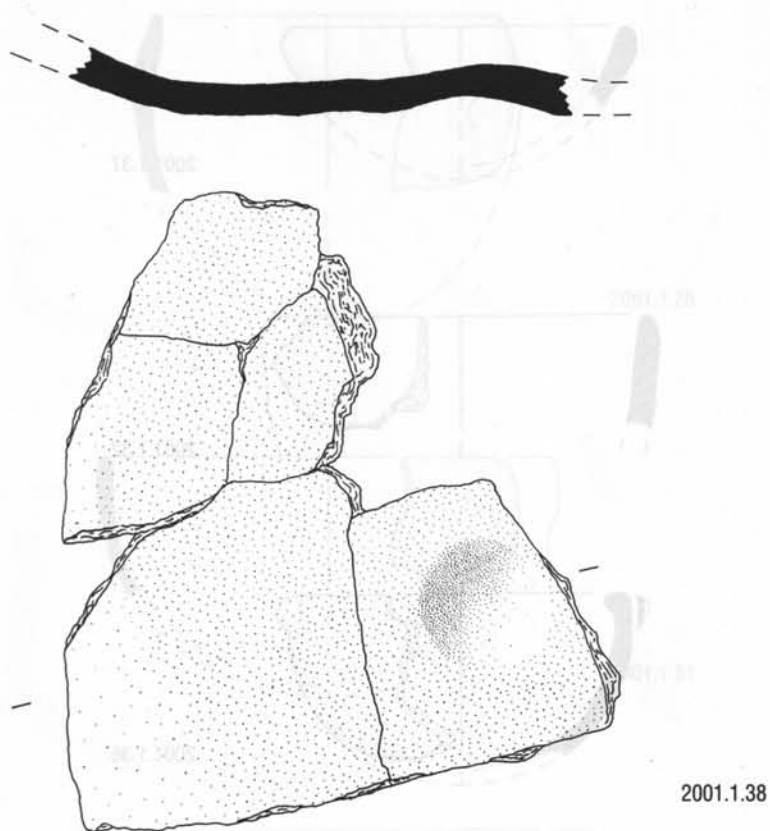


Fig. 12 – Fundo de um grande vaso com ônfalo.

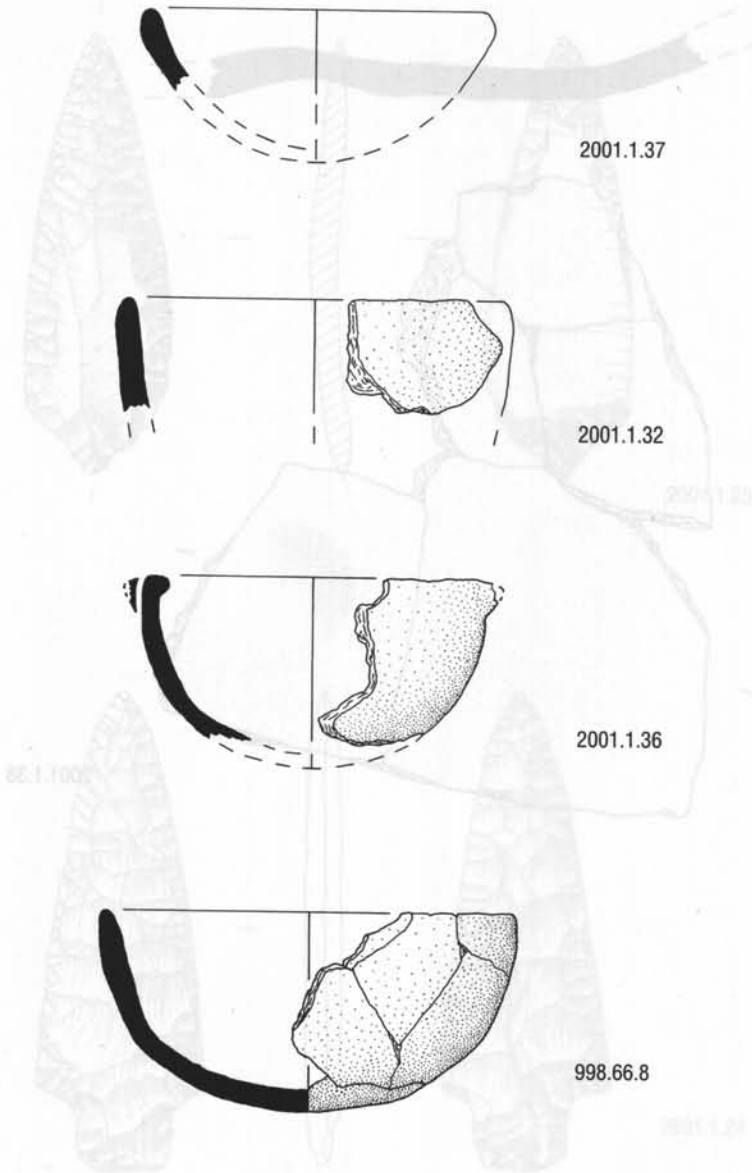


Fig. 13 – Cerâmica lisa.

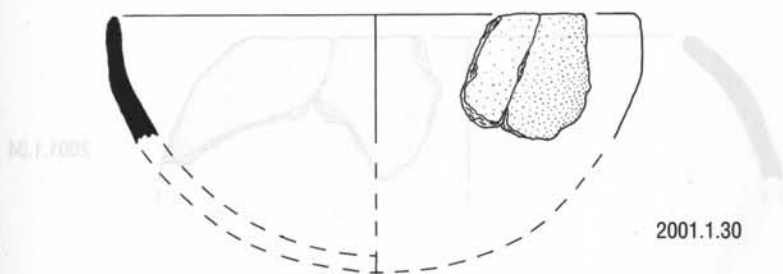
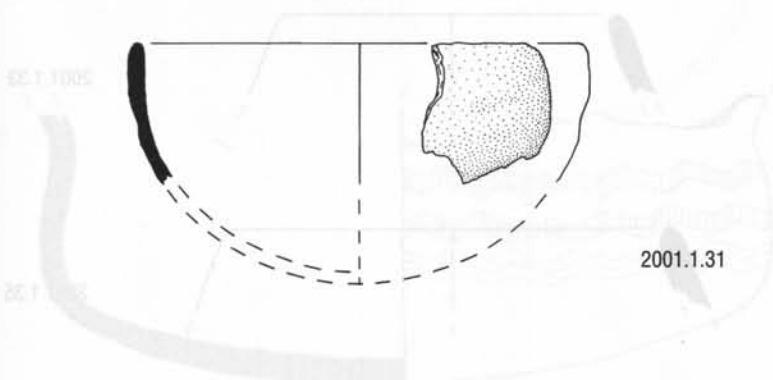
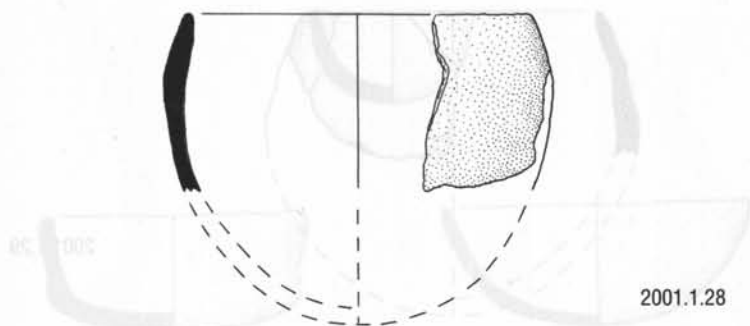


Fig. 14 – Cerâmica lisa.

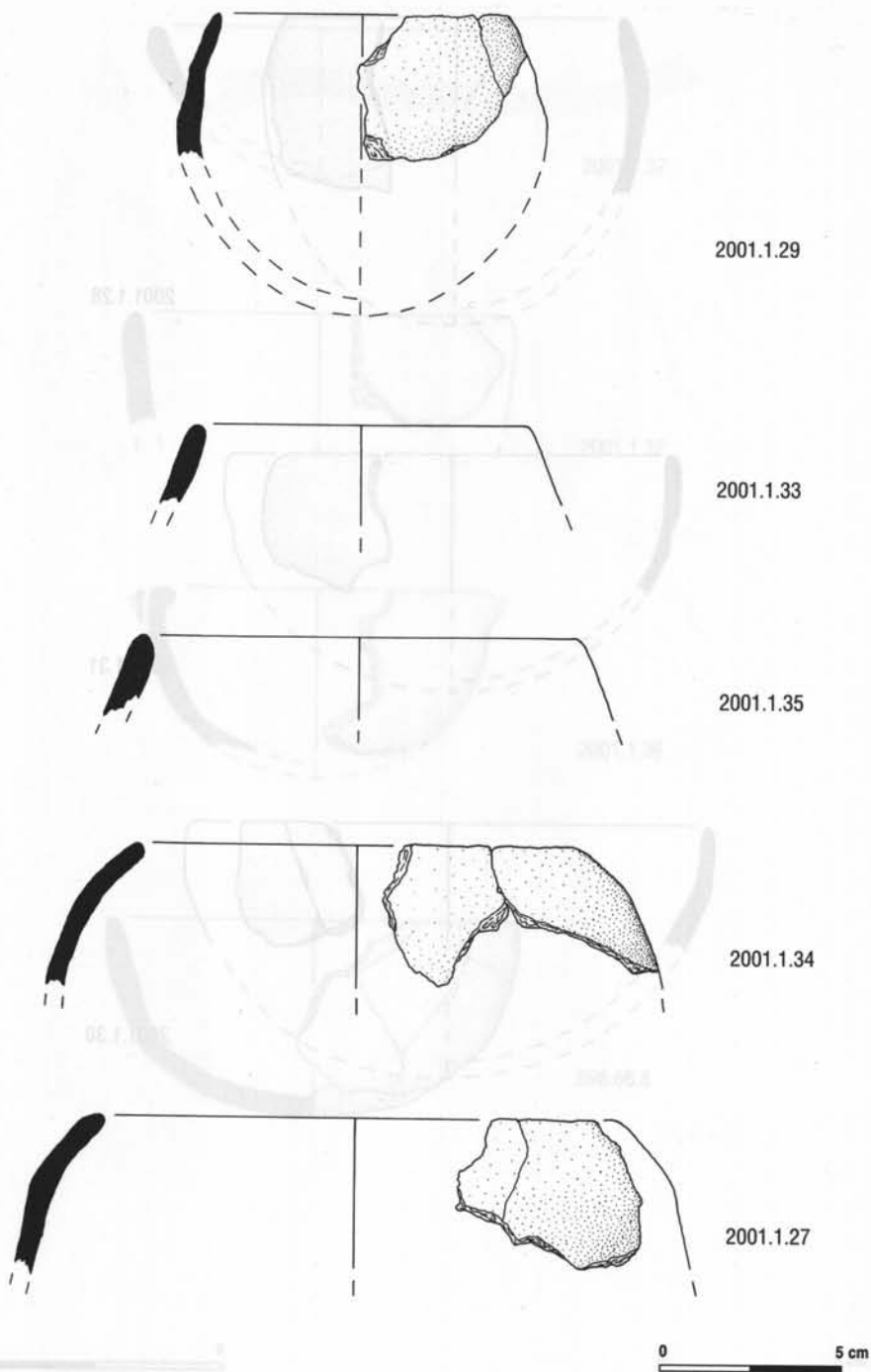


Fig. 15 – Cerâmica lisa.

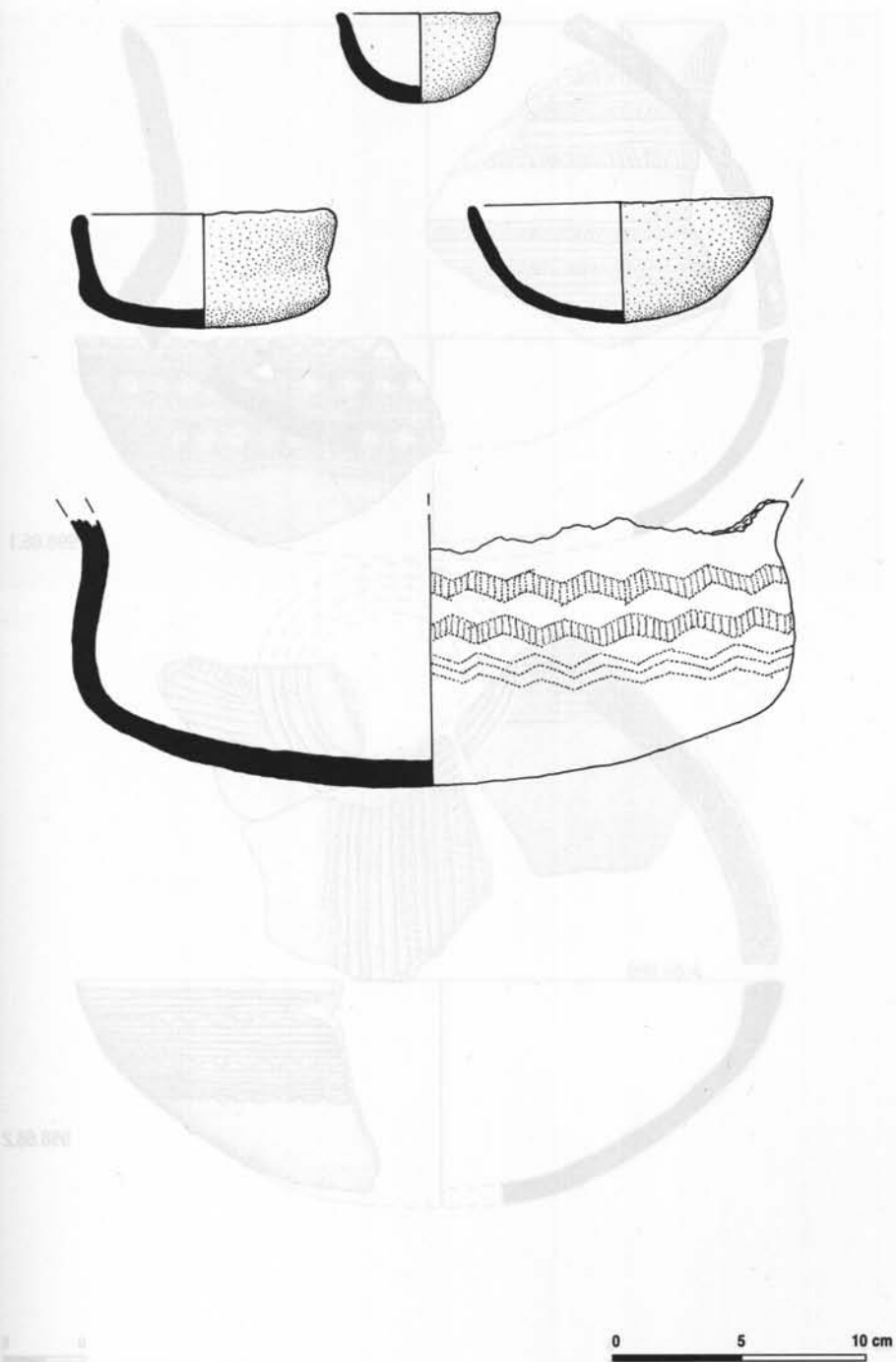


Fig. 16 – Peças publicadas por O. Veiga Ferreira actualmente desaparecidas.

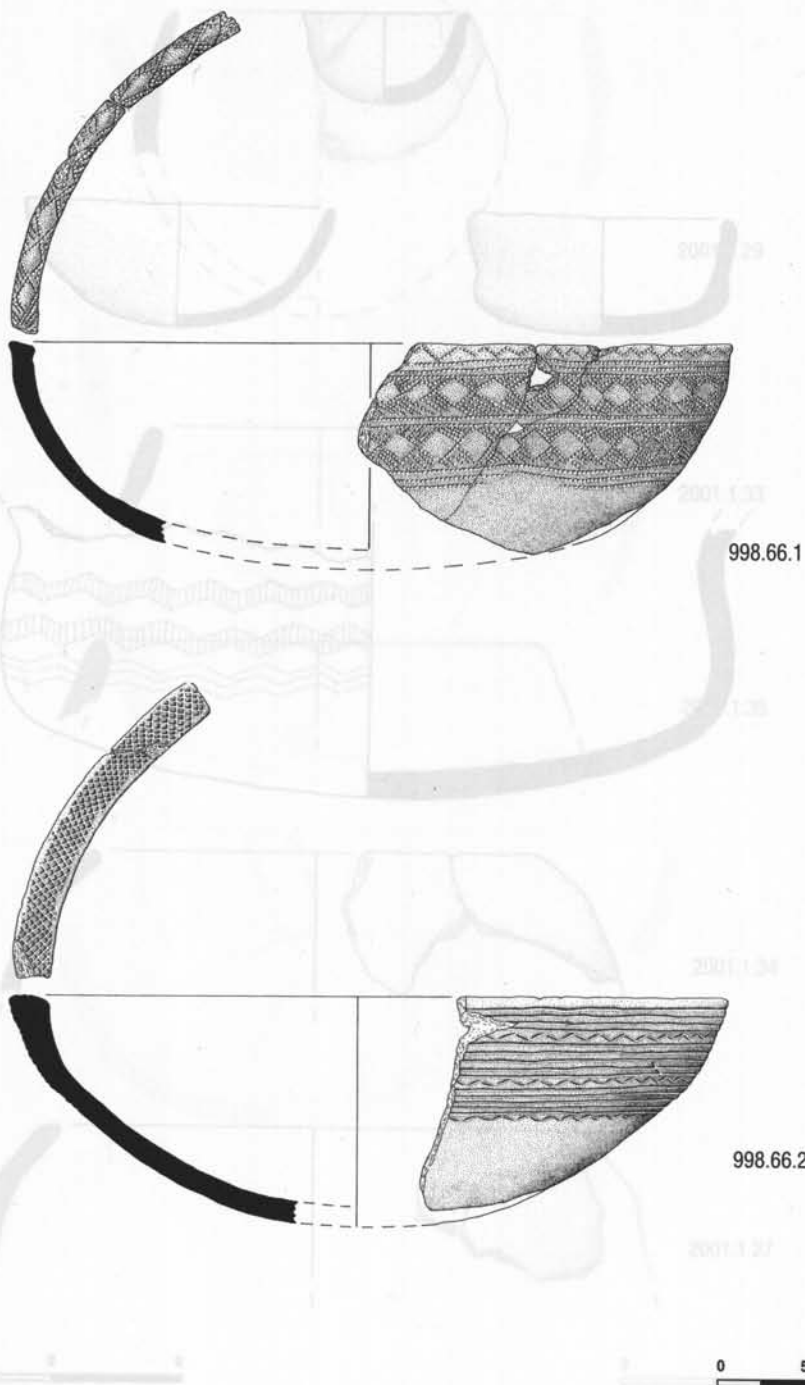


Fig. 17 – e Fig. 18 – Dois fragmentos de taças campaniformes de tipo Palmela.

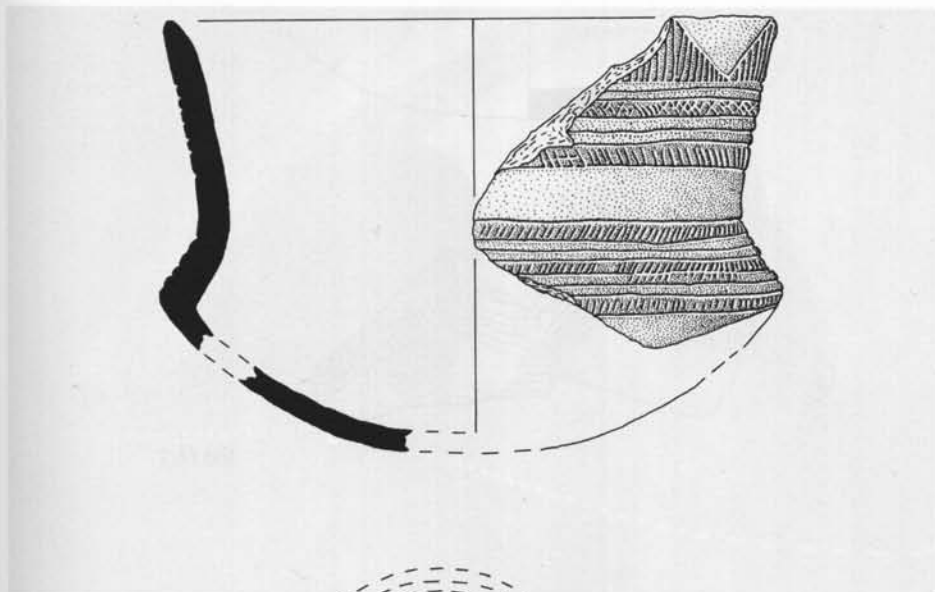
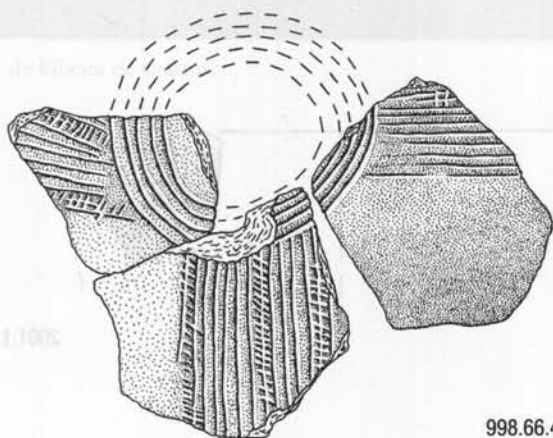


Fig. 19 – Caçoila campaniforme.



998.66.4



Fig. 19 – Caçoila campaniforme.

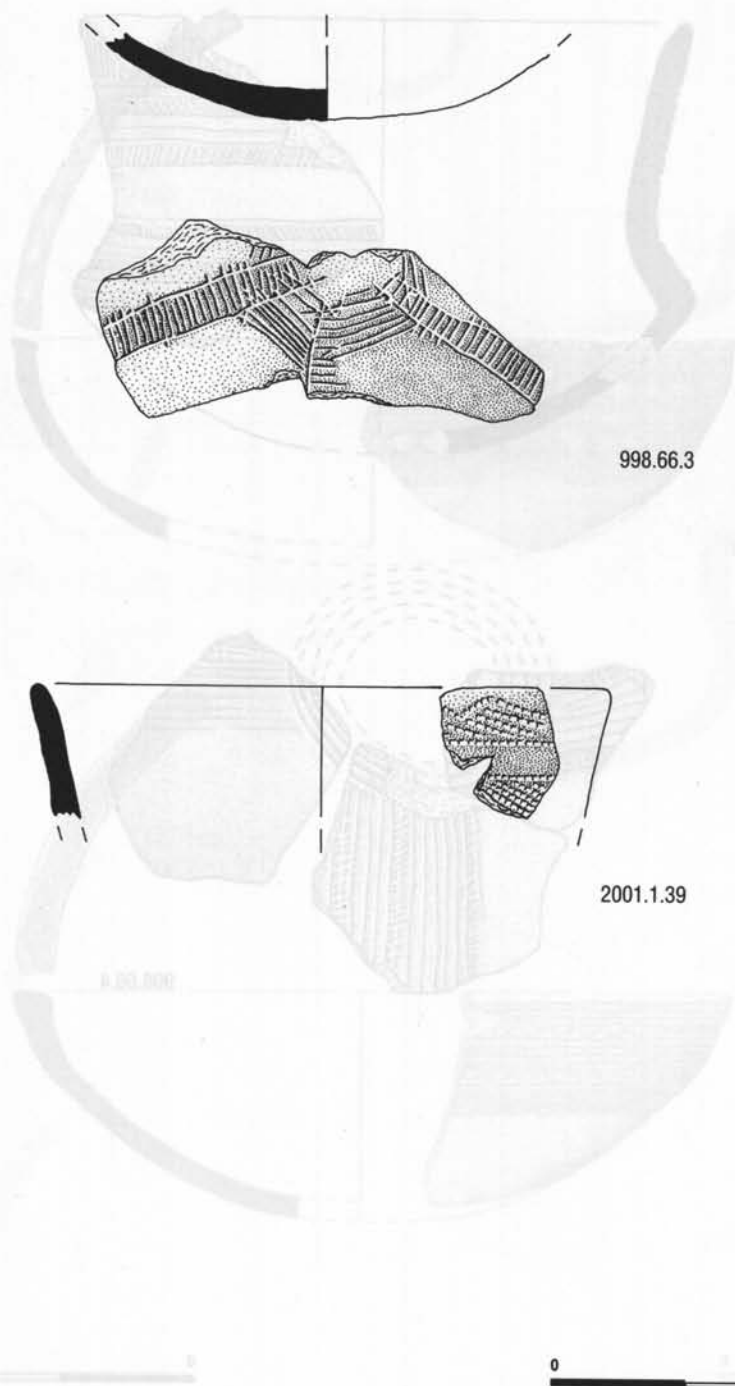


Fig. 20 – Fragmento de caçoila campaniforme.

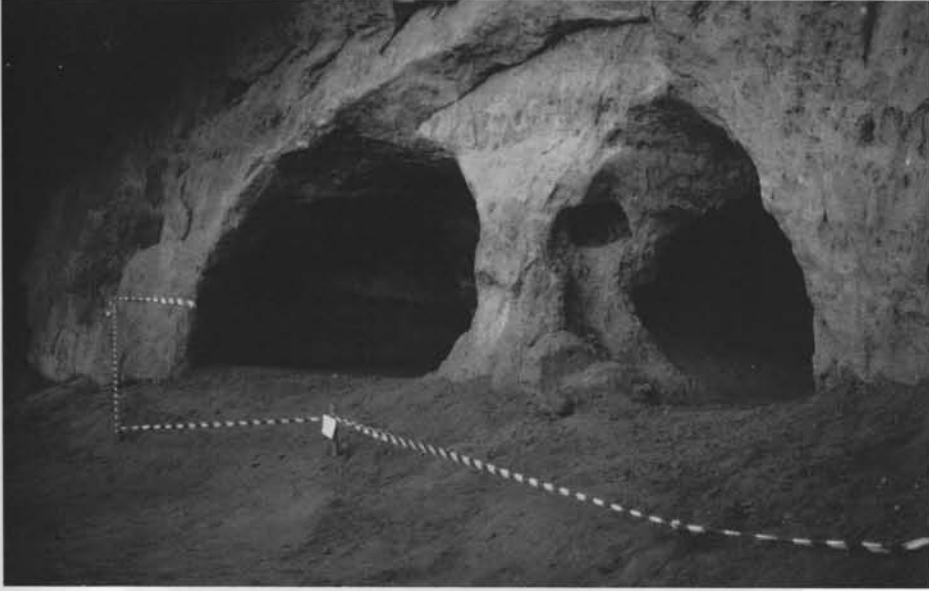


Fig. 21 – Gruta II e I de Ribeira de Crastos.

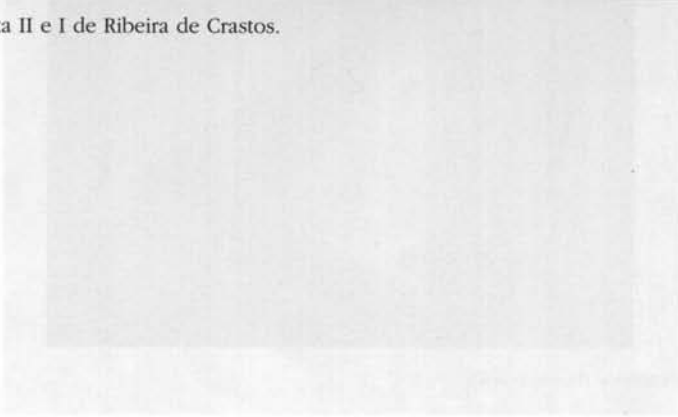


Fig. 21 – Gruta II e I de Ribeira de Crastos.

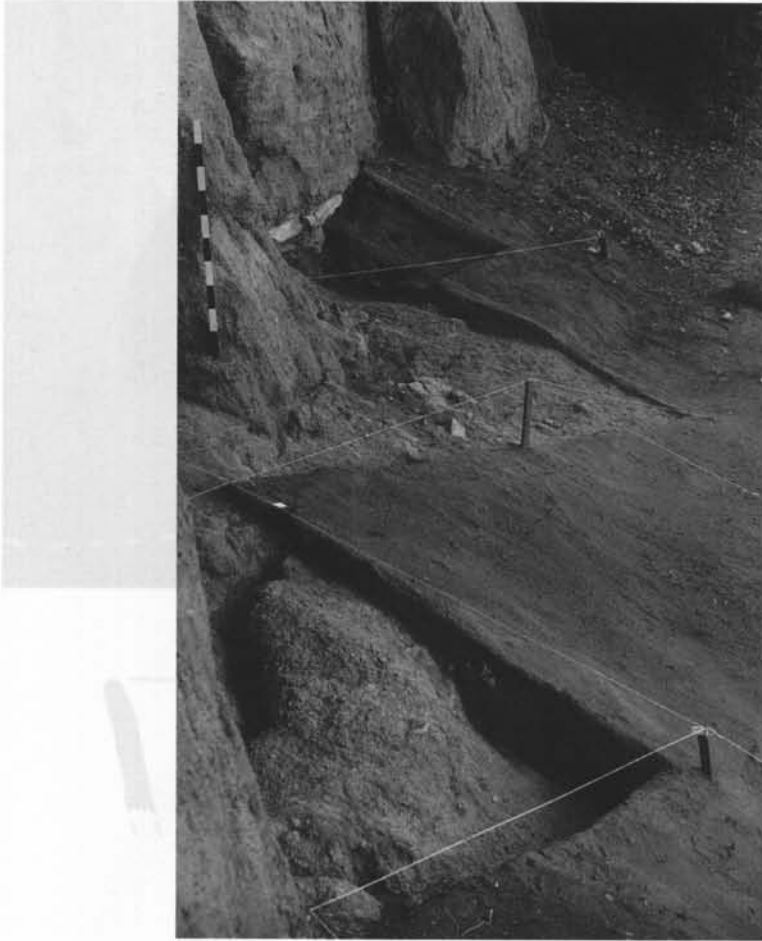


Fig. 22 – Vista exterior da escavação.



Fig. 23 – Entrada original para a Gruta I – U.E.3.



Fig. 24 – Receptáculo de oferendas – U.E.6.

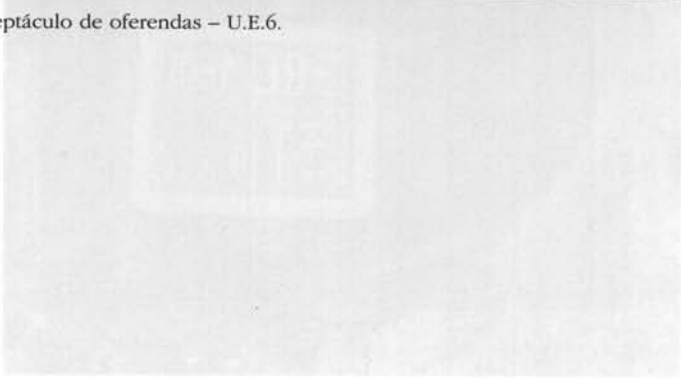


Fig. 25 – Vista

Fig. 25 – Vista do receptáculo de oferendas – U.E. 6